
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominada **PORTOSRIO**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, realizará licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, através de Sistema de Registro de Preços (SRP), regido pelas normas da Lei nº 13.303/2016, dos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 11.462/2023, 9.507/2018 e 7.174/2010, da Lei Complementar nº 123/2006, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, do Instrumento Normativo de Padronização de Contratações de TIC (IN.GERCOS.10.003), do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, do Instrumento Normativo de Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e demais disposições legais pertinentes.
- 1.2 O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no sítio www.gov.br/compras a partir do dia 18/05/2026, às 08:00 horas.
- 1.2.1 O Edital também poderá ser obtido na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, “Pregões Eletrônicos”.
- 1.3 As propostas de preços serão recebidas até as 10:00 horas, do dia 28/05/2026, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras.
- 1.4 **A sessão pública na internet para recebimento dos lances será realizada às 10:00 horas, do dia 28/05/2026, no mesmo endereço eletrônico indicado no subitem anterior.**
- 1.5 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 1.6 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da **PORTOSRIO** denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o provedor www.gov.br/compras.
- 1.7 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

- 1.8 **A licitação será composta por 2 (dois) lotes, conforme tabela constante do Anexo II – Planilha de Proposta de Quantidades e Preços, facultando-se ao licitante a participação em quais forem de seu interesse.**

2. DO OBJETO

- 3.1 O objeto desta licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual ***“aquisição de licenças de software dos fabricantes Microsoft e Veeam, incluindo serviços de instalação, configuração, transição de versão e treinamento básico da solução Veeam, destinados ao atendimento das necessidades da infraestrutura de datacenter da PortosRio”***, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 50905.007065/2025-27 e de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.2 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo do objeto da licitação, cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciadas junto ao provedor do sistema (Secretaria de Gestão do Ministério da Economia), nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018, no sítio www.gov.br/compras, e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
- 3.3 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 3.3.1 Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- 3.3.2 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.3.3 Estrangeiras, que não funcionem no país;
- 3.3.4 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do art. 38 da Lei nº 13.303/2016; e
- 3.3.5 Suspensas pela **PORTOSRIO** na forma do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, impedidas de licitar na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 ou declarada inidônea na forma do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.4 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 3.4.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010).

- 3.5 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura **CONTRATADA** que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da **PORTOSRIO** por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
- 5.1.1 A informação dos dados para acesso ao Pregão deve ser feita na página inicial do sítio www.gov.br/compras;
- 5.1.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.
- 5.2 Como requisito para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.2.1 Declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei

Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar;

a) A assinalação do campo “não”, no caso do subitem 5.2.1, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.2.2 Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos;

5.2.3 Declaração expressa de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.2.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

5.2.5 Declaração de elaboração independente de proposta, como exigido na Instrução Normativa SLTI nº 02/2009;

5.2.6 Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.7 Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

5.2.8 Declaração de que atende aos requisitos e está apto ao exercício do direito de preferência previsto no art. 8º, § 3º, do Decreto nº 7.174/2010.

5.3 A declaração falsa relativa aos subitens acima sujeitará o licitante às sanções previstas no item 16 deste Edital e na legislação vigente.

6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública constantes do subitem 1.4., quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastramento.

6.2 O cadastramento da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema.

- 6.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas cadastradas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 7.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 7.1.1 Caberá ao Pregoeiro decidir no prazo de 2 (dois) dias úteis sobre a impugnação interposta, a contar do recebimento desta.
- 7.1.2 Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.
- 7.1.3 Na hipótese da **PORTOSRIO** não responder a impugnação no prazo estabelecido no subitem 7.1.1., a licitação será suspensa, convocando-se nova data para a realização do certame.
- 7.1.4 Para fins de cômputo do prazo constante no subitem 7.1.1., serão considerados apenas os dias em que houver expediente na **PORTOSRIO** e a partir do momento da ciência da impugnação por parte do Pregoeiro.
- 7.2 Os pedidos de esclarecimento referentes a esta licitação deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 7.2.1 Os esclarecimentos prestados a qualquer dos licitantes estarão disponíveis no sítio www.gov.br/compras, na parte de “esclarecimentos”.
- 7.2.2 O Pregoeiro deverá responder os pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento deste.
- 7.3 O disposto no subitem 7.2 não interfere na apresentação de impugnação nos termos do subitem 7.1.
- 7.4 Caso a impugnação ou o pedido de esclarecimento envolva questões de ordem técnica do objeto ou de exequibilidade de preços, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1 A partir do horário e dia previstos no Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, ocasião em que o Pregoeiro fará a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando, na sequência, a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 O Pregoeiro verificará as propostas registradas no sistema, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

-
- 8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.
- 8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão informados, em tempo real, de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor, não sendo identificado o autor do lance aos demais participantes.
- 8.7 **O(s) lance(s) deverá(ão) ser ofertado(s) pelo(s) valor(es) global de cada lote(s).**
- 8.8 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicialmente cadastrada.
- 8.9 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.
- 8.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.11 Para fins do que dispõe o parágrafo único do art. 31 do Decreto nº. 10.024/2019, o intervalo mínimo percentual entre os lances será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).
- 8.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.13 Para a etapa de lances deste certame será adotado o modo de disputa “aberto”, conforme art. 31, I, do Decreto nº. 10.024/2019, ocasião em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento mencionado no subitem 9.1 deste Edital.
- 8.13.1 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo

sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

- 8.13.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.13.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 8.13.1 e 8.13.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.13.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 8.13.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução da proposta mais vantajosa para a **PORTOSRIO**.
- 8.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 8.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.15 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Quando possível seu retorno, o Pregoeiro continuará atuando no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.18 Encerrada a etapa de lances, caso haja microempresas ou empresas de pequeno porte com valor final ofertado de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço, será considerado empate. Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, se houver interesse, efetuar lance de valor inferior ao menor preço já registrado.
- 8.18.1 O procedimento de empate será detectado automaticamente. Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no subitem anterior, informando o nome do licitante. Em seguida, o sistema habilitará um comando para o Pregoeiro convocar tal licitante que se encontre em situação de empate. Após confirmado, o sistema emitirá nova mensagem informando para o licitante em situação de empate que deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao

menor lance registrado. Durante o período, apenas o licitante convocado poderá registrar o novo lance.

- 8.18.2 Não havendo manifestação do licitante, o sistema verificará, observada a ordem classificatória, se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhum licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa.
- 8.18.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.18, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19 O disposto no subitem 8.18 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.20 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.21 Em último caso, persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.
- 8.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e realização de eventual procedimento de desempate, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.22.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.22.2 Após a tentativa de negociação, quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do valor estimado serão desclassificadas.
- 8.22.3 O prazo para convocação da licitante, para fins de negociação do valor ofertado, será definido a critério do Pregoeiro, ficando a licitante responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.23 O licitante que ofereceu a melhor proposta deverá anexar a proposta de preços devidamente ajustada ao seu valor final ofertado, nos moldes do Anexo III – Planilha de Proposta de Quantidades e Preços, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme § 2º do art. 38 do Decreto nº. 10.024/2019, contado da solicitação do Pregoeiro no “chat” do COMPRASGOVERNAMENTAIS, prorrogável 1 (uma) única vez por igual período desde que a solicitação seja tempestiva e justificada, observando, ainda, que a proposta:
- 8.23.1 Deverá ser acompanhada de declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da

isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

- 8.23.2 Deverá ser redigida em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, datada, digitada ou datilografada, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 8.23.3 Deverá ser apresentada com 2 (duas) casas decimais e expressa em moeda corrente nacional (R\$);
- 8.23.4 Deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento;
- 8.23.5 Vincula o licitante, em especial no que se refere às condições, informações e especificações técnicas nela apresentada;
- 8.24 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução contratual e aplicação de eventual sanção à **CONTRATADA**, se for o caso.
- 8.25 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 8.26 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 8.27 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 8.28 Este Pregão submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto nº 7.174/2010.
- 8.29 O exercício do direito de preferência disposto no Decreto nº 7.174/2010 será concedido após o encerramento da fase de lances, observando-se, nesta ordem, os seguintes procedimentos:
 - 8.29.1 Aplicam-se as regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no subitem 8.18 deste Edital;
 - 8.29.2 Não ocorrendo a contratação na forma do subitem anterior, serão selecionados os licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício dos direitos de preferência listados nos incisos abaixo:
 - I. Os licitantes enquadrados na condição prevista no *caput* deste subitem 8.29, cujos bens possuam tecnologia desenvolvida no país e sejam produzidos de acordo com o processo produtivo básico, serão

convocados pelo sistema, observada a ordem classificatória para ofertar valor igual ou inferior ao melhor lance;

- II. Na hipótese de os licitantes mencionados no inciso anterior deixarem de ofertar valor igual ou inferior, o sistema convocará os licitantes cujos bens possuam tecnologia desenvolvida no país, para o exercício do mesmo direito;
- III. Na hipótese de os licitantes mencionados no inciso anterior também deixarem de oferecer valor igual ou inferior, o sistema convocará o licitante cujos bens sejam produzidos de acordo com o processo produtivo básico para o exercício do mesmo direito;
- IV. Na hipótese de um licitante exercer seu direito de preferência, o Pregoeiro o convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

8.29.3 Não ocorrendo a contratação na forma do subitem anterior, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 9.1 No julgamento das propostas de preços, considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE”**.
- 9.2 O valor estimado para o presente processo licitatório é sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, em conformidade com o art. 15 do Decreto nº. 10.024/2019.
- 9.3 Serão desclassificados(as):
 - 9.3.1 Os licitantes que não responderem à convocação para negociação, conforme descrito no subitem 8.22.3, ou que não anexarem a proposta comercial ajustada, conforme descrito no subitem 8.23 deste Edital, ambos no prazo solicitado pelo Pregoeiro no “chat”;
 - 9.3.2 As propostas de preços que não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Anexo I – Termo de Referência;
 - 9.3.3 As propostas de preços que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação ou que contenham outras condições que não as constantes deste Edital e de seus Anexos;
 - 9.3.4 As propostas que contenham vício insanável ou ilegalidade;
 - 9.3.5 As propostas com preços acima do valor estimado pela **PORTOSRIO** ou manifestamente inexecutáveis.
 - 9.3.5.1 Para fins do subitem 9.3.5, considera-se manifestamente inexecutável a proposta que:

- a) Comprovadamente for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o instrumento convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- b) Apresente um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.3.5.2 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, conforme disposto no subitem 17.5 deste Edital e no § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, a exemplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, para que o licitante possa comprovar a exequibilidade de sua proposta.

9.3.5.2.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.3.5.3 Para fins de aferição da inexecuibilidade de proposta, o Pregoeiro poderá valer-se do cálculo previsto no § 3º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016.

- 9.4 Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital. Também nesta etapa o Pregoeiro deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.5 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.6 Por ocasião da aceitabilidade da proposta de preços, em especial quando houver assuntos técnicos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 9.7 Constatando o atendimento da proposta às exigências fixadas no Edital, o licitante terá sua proposta aceita, passando-se então para a fase de habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, conforme subitem 10.10, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no presente certame ou a futura contratação, mediante consulta ao:
- 10.1.1 SICAF, a fim de se verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 38 da Lei nº 13.303/2016;
 - 10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
 - 10.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;
 - 10.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;
 - 10.1.5 Cadastro de Empresas Suspensas mantido no site da **PORTOSRIO** na internet, no endereço eletrônico www.portosrio.gov.br, menu “Licitações e Contratos”; e
 - 10.1.6 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 10.2 As consultas previstas no subitem 10.1 realizar-se-ão em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.
- 10.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará, juntamente com a Equipe de Apoio, para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.
- 10.7 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.
- 10.7.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às

condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 10.7.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 10.7.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto nº. 10.024/2019.
- 10.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los em formato digital, de preferência em arquivos compactados (.zip ou .rar), via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro no “chat”, conforme determina o inciso VI do art. 21 da IN SEGES/MP nº 3/2018 e o § 2º do art. 43 do Decreto nº. 10.024/2019, sob pena de inabilitação.
- 10.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.9.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.9.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.10 Ressalvado o disposto no subitem 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 10.10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA
- a) Cédula de identidade, no caso de pessoa física;
 - b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
 - d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
 - e) Decreto de autorização ou equivalente, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou

autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

10.10.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

10.10.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - i. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
 - ii. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
 - iii. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- b) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor proposto pela licitante para a prestação dos serviços objeto desta licitação, exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.
- c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em até no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública deste certame.

10.10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.10.4.1 LOTE 1

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de soluções de licenciamento Microsoft compatíveis com, no mínimo,

40% (quarenta por cento) do quantitativo global estimado para Windows Server, Microsoft SQL Server e Client Access Licenses (CALs) previstos no Anexo I – Termo de Referência, demonstrando aptidão para o fornecimento de licenças em ambientes corporativos de médio e grande porte.

- i. Tal exigência decorre do fato de tratar-se da parcela de maior relevância do objeto contratado.
 - ii. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar relacionado(s) à atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme especificado em seu contrato social registrado na junta comercial competente.
 - iii. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, Nome do Declarante, Endereço e Telefone e CNPJ da empresa emitente e a comprovação de que os serviços prestados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos.
 - iv. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do instrumento contratual ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
 - v. Em caso de necessidade de diligência por parte do Pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do instrumento contratual que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- b) Declaração ou Certificado emitido pelo fabricante Microsoft, comprovando que a Licitante é revenda autorizada Microsoft, habilitada nas categorias Large Solution Partner (LSP) e Government Partner (GP), demonstrando, dessa forma, estar apta a operacionalizar contratos de licenciamento por volume, inclusive para médias e grandes organizações (com mais de 250 usuários ou dispositivos), bem como a atuar no segmento público. Tal exigência decorre da necessidade de operacionalização do licenciamento no âmbito do Microsoft Enterprise Agreement (EA), conforme condições estabelecidas no Acordo Corporativo nº 08/2020, firmado entre a Secretaria de Governo Digital e o fabricante Microsoft.

10.10.4.2 LOTE 2

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de licenças de software de backup do fabricante Veeam, em qualquer quantidade, incluindo a prestação de serviços de instalação e configuração da solução, demonstrando aptidão para atuação em ambientes corporativos.
- i. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar relacionado(s) à atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme especificado em seu contrato social registrado na junta comercial competente.

- ii. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, Nome do Declarante, Endereço e Telefone e CNPJ da empresa emitente e a comprovação de que os serviços prestados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos.
 - iii. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do instrumento contratual ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
 - iv. Em caso de necessidade de diligência por parte do Pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do instrumento contratual que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- b) Declaração ou Certificado emitido pelo fabricante Veeam, comprovando que a Licitante é empresa credenciada como parceira oficial, com permissão para fornecimento de seus produtos e serviços de suporte técnico.

10.10.4.3 COMUM AOS 2 (DOIS) LOTES

- a) Declaração, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, atestando que a licitante concorda com a disposição do instrumento convocatório sob referência e seus anexos, garantindo o prazo de validade dos preços e condições da proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da proposta, bem como as demais condições da Declaração constantes do Anexo IV – Modelo de Declaração. A licitante não poderá alegar, a posterior, desconhecimento de qualquer fato.
- b) Declarações, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, seguindo os modelos dos Anexos V e VI.

10.11 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação.

10.11.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o subitem 10.11, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.11.2 Para aplicação do disposto no subitem 10.11.1, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

-
- 10.11.3 A prorrogação do prazo prevista no subitem 10.11.1 poderá ser concedida, a critério da **PORTOSRIO**, quando requerida pela licitante, mediante apresentação da devida justificativa.
- 10.11.4 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 10.11.1 e 10.11.3.
- 10.11.5 A não regularização da documentação no prazo previsto nos subitens 10.11.1. e 10.11.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº. 13.303/2016, sendo facultado à **PORTOSRIO** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 10.11.6 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.
- 10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.13 Ocorrida a inabilitação a que se refere o subitem 10.12, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.14 Após o disposto no subitem 10.12 ou 10.13, será retomada a sessão pública e chamados os demais licitantes, na ordem de classificação, e após a tentativa de negociação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observando que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, até que encontre uma proposta que atenda integralmente o Edital.
- 10.14.1 Por ocasião da documentação de habilitação, em especial a que trata da habilitação técnica, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 10.15 Nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, será concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.
- 10.16 Constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado e, conseqüentemente, vencedor.
- 10.17 Tendo em vista que a **PORTOSRIO** dispõe de sistema interno eletrônico de documentos e, ainda, objetivando a celeridade e a economicidade processual, uma vez habilitado, não será necessário que o licitante encaminhe posteriormente a documentação original apresentada durante a sessão pública.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o instrumento contratual no prazo previsto no subitem 14.1, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do “chat” e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), em campo próprio sistema, o qual registrará em ata a síntese das razões, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 3 (três) dias, a contar do dia útil subsequente ao término da sessão pública, para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual prazo, que começará a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.1.1 No momento da apresentação da intenção de recorrer, cabe ao Pregoeiro avaliar tão somente a existência dos pressupostos recursais, o que se restringe à aferição de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

a) O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, caso a licitante deixe de demonstrar algum dos pressupostos recursais constantes do subitem acima;

b) É vedado rejeitar o recurso de pleno em razão da discordância de mérito com os motivos apresentados pelo licitante.

- 12.2 É de inteira responsabilidade dos licitantes a correta apresentação da intenção e das razões recursais, podendo estes, caso seja detectado pela **PORTOSRIO** que se trata de mero recurso protelatório, sofrer a sanção prevista no inciso I do subitem 16.5.1 deste Edital.
- 12.3 Na hipótese de interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação por endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 12.4 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.1, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.5 Os recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, devidamente protocolados e cadastrados no sistema, e observar:
- 12.5.1 Quanto à sua interposição, o prazo constante do subitem 12.1;
 - 12.5.2 A forma escrita, com a identificação do licitante ou seu representante legal;
 - 12.5.3 A legitimidade e o interesse recursal; e
 - 12.5.4 A fundamentação.
- 12.6 O Pregoeiro disporá de até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil subsequente ao término do prazo previsto no subitem 12.1, para julgar o(s) recurso(s) interposto(s).
- 12.6.1 Caso as razões recursais envolvam questões de ordem técnica ou de exequibilidade dos preços propostos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**;
 - 12.6.2 Caso seja necessário devido à complexidade do assunto e com a devida justificativa nos autos, o prazo constante no subitem 12.6 poderá ser ampliado.
- 12.7 Após julgamento do(s) recurso(s), o Pregoeiro elaborará relatório circunstanciado com vistas ao Diretor-Presidente para decisão definitiva.
- 12.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante no prazo previsto no subitem 12.1, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a dar continuidade ao processo, com vistas à adjudicação e homologação pelo Diretor-Presidente.
- 13.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Diretor-Presidente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 14.1 Homologada a licitação pelo Diretor-Presidente, o adjudicatário será convocado para assinar a(s) Ata(s) de Registro de Preços em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável

uma vez por igual período, desde que devidamente justificado, observando ainda as demais disposições deste item 14.

- 14.1.1 O prazo a que se refere o subitem 14.1 contempla inclusive o período necessário para os procedimentos de cadastramento do(s) usuário(s) no Sistema SEI!, nos moldes do subitem 14.4, sendo de inteira responsabilidade da própria licitante realizar o passo a passo de acordo com as instruções, sob pena de exclusão do certame e convocação do próximo colocado.
- 14.2 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, não aceitar ou não retirar a(s) Ata(s) de Registro de Preços, injustificadamente, ou ainda, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das licitantes, observada a ordem final de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o mesmo convocado para negociar a redução do preço ofertado em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o Edital.
- 14.3 A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Anexo VIII) com base nos dispositivos da Lei nº. 13.303/2016 e do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).
- 14.4 Para assinatura da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual, o(s) responsável(is) legal(is) da licitante deverá(ão) realizar o cadastro prévio no Sistema SEI!, mediante o link externo: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-no-sei-do-ministerio-dos-transportes>>.
- 14.4.1 O(s) cadastro(s) deverá(ão) ser feito(s) por aquele(s) que efetivamente irá(ao) assinar o(s) instrumento(s) contratual(is).
- 14.5 Após realização do(s) cadastro(s), o ato de assinatura do instrumento contratual realizar-se-á via plataforma SEI!, mediante acesso através de link externo constante na parte superior da página da internet da **PORTOSRIO** (www.portosrio.gov.br).
- 14.6 A assinatura do instrumento contratual ficará condicionada à aferição da regularidade da futura **CONTRATADA**, em conformidade com o item 10 – Da Habilitação, e à consulta ao CADIN, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso III, cumulado com o art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.
- 14.7 Na assinatura do instrumento contratual será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.
- 14.8 O licitante, em vias de ser julgado vencedor ou já vencedor da licitação, ou já convidado a assinar o instrumento contratual com a **PORTOSRIO**, poderá perder sua condição para assinar o aludido instrumento, caso se encontre em estado de falência, insolvência notória ou situação econômico-financeira comprometida.

- 14.9 O prazo de execução do instrumento contratual corresponde ao prazo que a **CONTRATADA** dispõe para executar a sua obrigação. Já o prazo de vigência corresponde ao prazo em que ele é considerado apto a produzir efeitos até que todos os seus efeitos sejam consumidos, inclusive recebimento e pagamento por parte da **PORTOSRIO**, excetuando-se o prazo de garantia técnica.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado conforme o instrumento contratual a ser emitido, através de depósito bancário em favor da **CONTRATADA**, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal correspondente devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.
- 15.2 A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.
- 15.3 Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao instrumento contratual, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.
- 15.4 Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante autorização da **PORTOSRIO**, for recebido parcialmente.

16. DAS SANÇÕES

- 16.1 A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.
- 16.2 A sanção constante do inciso II do subitem anterior poderá ser aplicada de forma cumulativa com as constantes dos incisos I e III do mesmo subitem, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 16.3 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:
- I. Interpor recurso meramente protelatório;
 - II. Não manter a proposta ou abandonar o certame;
 - III. Deixar de apresentar, apresentar em manifesta desconformidade ou apresentar parcialmente documentação exigida no certame;
 - IV. Declarar falsamente que cumpre algum dos requisitos previstos no subitem 5.2 deste Edital;
 - V. Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do instrumento contratual ou de instrumento equivalente;
 - VI. Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela **PORTOSRIO**;

- VII. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a **PORTOSRIO** em virtude de atos ilícitos praticados;
- VIII. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- IX. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- X. Incorrer em inexecução contratual;
- XI. Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- XII. Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
- XIII. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- XIV. Agir em conluio com empresa do mesmo grupo econômico com o objetivo de manipular o caráter competitivo da licitação;
- XV. Ter fraudado licitação pública ou instrumento contratual dela decorrente;
- XVI. Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar instrumento contratual;
- XVII. Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- XVIII. Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**;
- XIX. Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- XX. Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- XXI. Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- XXII. Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
- XXIII. Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- XXIV. Deixar de manter o nível de qualidade exigido pela **PORTOSRIO** na execução do instrumento contratual, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.

16.4 DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

16.4.1 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.4.1.1 A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela **PORTOSRIO**.

16.5 DA SANÇÃO DE MULTA

16.5.1 A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos seguintes casos:

- I. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- II. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado pela licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- III. Em decorrência da declaração falsa relava ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte e ao exercício do direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- IV. Em decorrência da não apresentação de documentação exigida no certame, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- V. Nos casos em que a licitante não mantiver a sua proposta, poderá ser aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- VI. Nos casos em que a licitante apresentar documento falso, cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo, poderá ser aplicada multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- VII. Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, no prazo previsto no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- VIII. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, após 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do instrumento contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual;
- IX. No caso de não comparecimento à reunião inicial de inserção da Contratada, salvo justificativa aceita pela Fiscalização, multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor correspondente a 12 meses do contrato para cada dia de atraso, limitada a 5 (cinco) dias;
- X. No caso de não apresentação de equipe qualificada para atendimento de cada Categoria de Serviço, até o início da execução dos serviços, ou seja, a contar da data de abertura da Ordem de Serviço, poderá ser aplicada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) do valor relativo ao faturamento mensal do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 5%.
- XI. No caso de execução insatisfatória ou não realização do repasse de conhecimento na transição contratual prevista no item 12.14, poderá ser aplicada multa correspondente 1% (um por cento) sobre o valor do contrato.
- XII. Nos demais casos de atraso (ou no caso de atraso na execução contratual), poderá ser aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, limitada a incidência a 10 (dez) dias. A partir do 11º (décimo primeiro) dia, o

percentual de multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato;

XIII. No caso de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual; e

XIV. No caso de inexecução total, poderá ser aplicada multa na razão de até 30% sobre o valor do instrumento contratual.

16.5.2 Os casos previstos no subitem anterior são meramente exemplificativos, podendo a **PORTOSRIO** sugerir a aplicação de um percentual de multa para outros casos devendo, entretanto, levar em consideração a conduta praticada e a intensidade do dano provocado e segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

16.5.3 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

16.5.4 A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.6 DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO

16.6.1 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **PORTOSRIO**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

16.6.2 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

16.6.3 A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.7 Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no subitem 16.1, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- I. Notificação formal à **CONTRATADA**;
- II. Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- III. Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

16.8 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.

16.8.1 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

- 16.8.2 Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.
- 16.9 As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1 A **PORTOSRIO** será o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para o registro de preços e o gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 17.2 Para a presente contratação, haja vista que há efetivo administrativo reduzido na área requisitante, foi dispensado o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, com base no § 2º do art. 9º do Decreto nº. 11.462/2023.
- 17.3 Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela **PORTOSRIO**.
- 17.4 É facultado à **PORTOSRIO**, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 17.5 Será incluído na respectiva Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, sendo que a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata deverá ser respeitada nas contratações, conforme previsto no art. 18, inciso II, alínea “a”, do Decreto nº 11.462/2023, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais.
- 17.6 Publicada no Diário Oficial da União (DOU), a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no art. 21 do Decreto n.º 11.462/2023.
- 17.7 A existência de preços registrados não obriga a **PORTOSRIO** a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 17.8 **O prazo de vigência da(s) Ata(s) de Registro de Preços objeto deste certame será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preços esteja vantajoso, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, incluídas eventuais prorrogações.**
- 17.9 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 21 do Decreto n.º 11.462/2023, observadas as disposições contidas no art. 81, inciso VI da Lei 13.303/2016.

-
- 17.9.1 Nessa hipótese, a **PORTOSRIO**, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 17.10 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **PORTOSRIO** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 17.11 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 17.12 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 17.13 O fornecedor poderá ter seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de Processo Administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 17.14 O cancelamento do registro ocorrerá, a pedido, quando:
- a) O fornecedor comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior;
 - b) O fornecedor não puder cumprir o compromisso, em função de o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, desde que devidamente comprovado e a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.
- 17.15 O cancelamento do registro ocorrerá, por iniciativa da **PORTOSRIO**, quando:
- a) O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
 - b) O fornecedor deixar de cumprir qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;
 - c) Houver razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;
 - d) Não forem cumpridas as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - e) O fornecedor não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, o termo contratual decorrente da Ata de Registro de Preços;
 - f) O fornecedor sofrer sanção prevista no art. 83, III, da Lei nº. 13.303/2016.
- 17.16 Em qualquer das hipóteses anteriores, concluído o processo, a **PORTOSRIO** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.
- 17.17 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será extinta, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.
- 17.18 Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar a(s) Ordem(ns) de Fornecimento, dentro do prazo estabelecido pela **PORTOSRIO**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo.
- 17.19 Por ocasião da emissão do instrumento contratual, será verificada a regularidade do fornecedor junto ao SICAF a fim de manter suas condições de habilitação.

- 17.20 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços firmada com os licitantes vencedores, **não serão permitidas adesões de órgãos não participantes (caronas).**

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 A apresentação de uma proposta na licitação fará prova de que a empresa licitante:
- 18.1.1 Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus Anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente da **PORTOSRIO** as informações necessárias, antes de apresentá-la;
 - 18.1.2 Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital;
 - 18.1.3 Considerou que o Edital e seus Anexos permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;
 - 18.1.4 Atende às condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de impedimento previstas no Edital.
- 18.2 Fica também estabelecido que as especificações, os Anexos e a documentação da licitação são complementares entre si.
- 18.3 A **PORTOSRIO** reserva-se o direito de revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, anteriormente ao início da fase de lances ou propostas, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.
- 18.3.1 Caso a revogação ou a anulação ocorra após o início da fase acima, a mesma será precedida de Processo Administrativo no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que os licitantes interessados ofereçam manifestação, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.
 - 18.3.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 18.4 No caso de meros erros formais em que a possível alteração não afete a formulação das propostas, a **PORTOSRIO** poderá inserir aviso no sistema ou realizar modificações e revisões no presente Edital a qualquer tempo, antes da data limite para a abertura da sessão pública. Contudo, qualquer outra modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.
- 18.5 É facultado à **PORTOSRIO**, se assim julgar conveniente, em qualquer fase da licitação, promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

- 18.6 O Pregoeiro, durante a análise de documentos e propostas, poderá solicitar de qualquer licitante informações sobre a documentação exigida, fixando o prazo que julgar necessário para o atendimento.
- 18.7 As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro instrumento contratual.
- 18.8 Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às propostas de outros licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, tal como proposta alternativa.
- 18.9 A **PORTOSRIO** não aceitará, em hipótese alguma, futuras alegações de omissão na proposta de serviços necessários à execução do instrumento contratual ou de inexatidão relativa às quantidades contratuais, com o objetivo de alterar o preço proposto.
- 18.10 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** cresceu, indevidamente, a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza, não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.
- 18.11 Se, por ocasião do julgamento desta licitação, da celebração ou da execução do instrumento contratual, ficar comprovada a existência de irregularidades que denunciem dolo, má fé ou grave omissão por parte do licitante, este, a critério da **PORTOSRIO**, ficará impossibilitado de contratar com a **PORTOSRIO** e sujeito às sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016.
- 18.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro enviará mensagem aos licitantes informando o ocorrido e remarcando, de imediato, nova data e hora para a sessão pública.

19 DOS DOCUMENTOS ANEXOS

- 19.1 Os documentos relacionados abaixo fazem parte integrante deste Edital como Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-A – DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD

ANEXO I-B – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ANEXO I-C – MATRIZ DE RISCOS

ANEXO II – TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

ANEXO III – PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

ANEXO VII – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2026.

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Constitui-se como objeto do presente termo a contratação, sob demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), de licenças de software dos fabricantes Microsoft e Veeam, incluindo serviços de instalação, configuração, transição de versão e treinamento básico da solução Veeam, destinados ao atendimento das necessidades da infraestrutura de datacenter da PortosRio.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1 Ao longo de 2025, a GERSOL desenvolveu diversos projetos voltados à modernização da infraestrutura tecnológica da PortosRio, dentre os quais se destaca o de aquisição de solução hiperconvergente (Proc. 50905.002373/2025-66), cujo objetivo é atualizar o datacenter principal da Companhia, ampliando sua capacidade computacional e possibilitando a implantação de novos serviços e sistemas corporativos.

2.2 Com essa atualização tecnológica, a SUPTIN identificou a oportunidade de estabelecer um ambiente de contingência (Disaster Recovery – DR) no Porto de Itaguaí, aproveitando os ativos que serão remanejados do datacenter atual. Para viabilizar essa estratégia, torna-se imprescindível a adequação do licenciamento Microsoft, especialmente no que se refere ao Windows Server e suas respectivas Client Access Licenses (CALs), de forma a garantir a conformidade legal e técnica do novo ambiente.

2.3 Além disso, a revisão do ambiente de licenciamento deve contemplar também outros componentes críticos da infraestrutura. O SQL Server atualmente em uso, na versão 2017, já não atende integralmente às novas demandas de segurança, desempenho e compatibilidade com os sistemas mais recentes, tornando necessária sua atualização. Da mesma forma, o licenciamento das soluções de backup e recuperação precisará ser ajustado e complementado, em razão da modernização do hardware e da ampliação do ambiente, a fim de garantir plena integração e funcionamento do sistema de proteção de dados.

2.4 Dessa forma, a atualização dos licenciamentos de softwares é condição essencial para a consolidação do novo ambiente tecnológico, assegurando a continuidade dos serviços críticos, a mitigação de riscos operacionais e a conformidade com as boas práticas de governança de TIC.

2.5 Justificativa para indicação de marca

2.5.1 A presente contratação envolve a indicação de produtos de fabricantes específicos (Microsoft e Veeam), hipótese excepcional prevista no art. 47, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, que exige motivação circunstanciada e respaldo em estudo técnico ou procedimento de padronização. Conforme amplamente demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar, não se mostra viável, no horizonte desta contratação, a substituição das plataformas atualmente em uso na PortosRio por soluções de outros fabricantes, em razão da forte integração dessas tecnologias com a infraestrutura existente e com sistemas corporativos críticos, bem como dos riscos e custos indiretos associados a uma migração dessa natureza.

2.5.2 Nesse contexto, a indicação das marcas Microsoft e Veeam não decorre de preferência subjetiva, mas da necessidade de manter a padronização tecnológica hoje estabelecida e de assegurar a continuidade e a segurança dos serviços de TI da Companhia, em linha com a solução considerada mais vantajosa sob os aspectos técnicos e econômicos.

2.5.3 Nesse sentido, há precedentes na jurisprudência que apontam para a possibilidade de se observar o princípio da padronização, sem conflitar com a vedação de preferência de marca. O Acórdão-TCU nº 1.521/2003, do Plenário, por exemplo, pondera que:

(...) a indicação de marca na especificação de produtos de informática pode ser aceita frente ao princípio da padronização previsto no art. 15, I, da Lei 8.666/93, desde que a decisão administrativa que venha a identificar o produto pela sua marca seja circunstanciadamente motivada e demonstre ser essa a opção, em termos técnicos e econômicos, mais vantajosa para a administração;

2.5.4 Outros julgados da Corte de Contas também apontam no mesmo sentido, a exemplo do Acórdão nº 2.844/2003 - Primeira Câmara, Acórdão nº 2.664/2007 - Plenário e Acórdão nº 2.984/2008 - Segunda Câmara. Reiteradas decisões nessa linha ensejam a edição da Súmula nº 270 do TCU, que dispõe:

Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação.

2.5.5 Assim, considerando esse marco legal e jurisprudencial, bem como a análise técnica desenvolvida neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a indicação das marcas Microsoft e Veeam nesta contratação atende às exigências de excepcionalidade, padronização e justificativa prévia previstas na Lei nº 14.133/2021 e na orientação do TCU, configurando-se como medida adequada para garantir a continuidade e a segurança dos serviços de TI da PortosRio.

2.6 Justificativa para contratação do Software Assurance (SA)

2.6.1 A adoção do Software Assurance para os produtos Microsoft é necessária para assegurar direitos de atualização e downgrade durante o período de implantação da nova infraestrutura e do DR, garantindo que a PortosRio possa ajustar versões de sistema operacional e banco de dados conforme as necessidades técnicas do projeto, sem custos adicionais ou incompatibilidades entre hosts, VMs e cargas de trabalho migradas.

2.6.2 Adicionalmente, o SA também preserva a previsibilidade de custos, amplia a vida útil do investimento, facilita a padronização das versões utilizadas nos ambientes de produção e de contingência e evita retrabalhos durante a instalação dos novos ativos, oferecendo a flexibilidade essencial para acompanhar a evolução do ambiente ao longo dos 36 meses de implementação e estabilização da solução.

2.7 Justificativa para os quantitativos definidos:

2.7.1 Os quantitativos previstos neste Termo de Referência foram estabelecidos com base nos seguintes aspectos:

- I - a nova infraestrutura adquirida pelo Contrato nº 38/2025;
- II - a implantação do ambiente de contingência (DR) a partir do remanejamento dos equipamentos atualmente em produção;
- III - o crescimento projetado dos ambientes físico e virtual da PortosRio; e

IV - a expectativa de realização de concurso público no exercício de 2026.

2.7.2 O objetivo foi garantir que a evolução planejada da capacidade computacional seja absorvida com agilidade e em conformidade com as regras de licenciamento, evitando a necessidade de contratações adicionais frequentes exclusivamente para acompanhar o crescimento orgânico da infraestrutura.

2.7.3 O dimensionamento das licenças encontra-se detalhado no Estudo Técnico Preliminar da Contratação.

2.8 Justificativa para o uso do Sistema de Registro de Preços:

2.8.1 A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se a solução mais adequada para a presente contratação, considerando a existência de demanda imediata e, simultaneamente, a expectativa de expansão do ambiente tecnológico, associada à eventual realização de concurso público e à implantação de projetos estratégicos cujo escopo e cronograma ainda não se encontram plenamente definidos.

2.8.2 Dentre esses projetos, destacam-se o VTMISS (Vessel Traffic Management Information), o Sistema de Gestão Ambiental Inteligente, a Plataforma de Inteligência Logística com IA e a Plataforma de Analytics e Governança de Dados Portuária, os quais possuem potencial para impactar significativamente a demanda por recursos computacionais, como processamento, armazenamento, banco de dados e rotinas de backup, podendo demandar a ampliação progressiva da infraestrutura e do licenciamento associado.

2.8.3 Adicionalmente, a adoção do SRP contribui para a mitigação de riscos decorrentes da variação de preços praticados pelos fabricantes, cujos valores são definidos globalmente e sujeitos a reajustes periódicos. Nesse sentido, o registro de preços permite maior previsibilidade e estabilidade ao longo de sua vigência, possibilitando contratações futuras conforme a necessidade da Administração, sem exposição imediata a oscilações de mercado.

2.8.4 Diante da incerteza quanto ao momento e à extensão dessas expansões, o SRP apresenta-se como alternativa mais vantajosa, nos termos do item 5.19.3.2 da IN GECOMP nº 06.001, ao viabilizar a contratação sob demanda, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

2.8.5 Tal abordagem encontra respaldo, ainda, no item 7.3.2 da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, que orienta a aquisição gradual de licenças e serviços, conforme a evolução da demanda, com pagamento restrito aos quantitativos efetivamente fornecidos e implantados. Dessa forma, a utilização do SRP assegura maior aderência aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, alinhando-se às boas práticas de governança de TIC na Administração Pública.

2.9 Resultados Esperados

2.9.1 Regularização e continuidade do uso de softwares Microsoft: manutenção da conformidade legal no uso de sistemas operacionais, suítes de produtividade, servidores e demais soluções da Microsoft, evitando riscos de descontinuidade de serviços e passivos decorrentes de uso não licenciado.

2.9.2 Atualização tecnológica: acesso às versões mais recentes dos produtos licenciados, com melhorias de desempenho, segurança e funcionalidades, promovendo maior eficiência operacional e aderência às boas práticas de governança de TIC.

2.9.3 Padronização e interoperabilidade: manutenção de um ambiente tecnológico padronizado, promovendo maior integração entre sistemas, interoperabilidade entre plataformas e redução de custos operacionais com suporte e manutenção.

2.9.4 Aprimoramento da segurança da informação: mitigação de vulnerabilidades associadas a versões desatualizadas de software, com suporte contínuo do fabricante, contribuindo para a proteção dos ativos digitais da Companhia.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 O objeto da presente contratação abrange o fornecimento das seguintes licenças:

LOTE 1	ITEM	PRODUTO	PART NUMBER	UNID	QUANT INICIAL	ESTIMATIVA DE CRESCIMENTO	QUANT TOTAL
	1	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 36 meses - Item SGD MS.5.0-A0660	9EA-00039	Licença por pacote de 2 cores	112	-	112
	2	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 24 meses - Item SGD MS.5.0-A0662	9EA-00039	Licença por pacote de 2 cores	-	24	24
	3	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 12 meses - Item SGD MS.5.0-A0663	9EA-00039	Licença por pacote de 2 cores	-	24	24
	4	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 36 meses - Item SGD MS.5.0-A0434	7NQ-00302	Licença por pacote de 2 cores	8	-	8
	5	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 24 meses - Item SGD MS.5.0-A0436	7NQ-00302	Licença por pacote de 2 cores	-	2	2
	6	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 12 meses - Item SGD MS.5.0-A0437	7NQ-00302	Licença por pacote de 2 cores	-	2	2
	7	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 36 meses	R18-00130	Licença por usuário	1000	-	1000
	8	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 24 meses	R18-00130	Licença por usuário	-	150	150
	9	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 12 meses	R18-00130	Licença por usuário	-	100	100

LOTE 2	ITEM	PRODUTO	PART NUMBER	UNID	QUANT	ESTIMATIVA DE CRESCIMENTO	QUANT TOTAL
	10	Licença perpétua Veeam Data Platform Premium, com suporte por 36 meses (Pack com 10 instâncias)	P-DPPVUL-0I-PP000-000 V-DPPVUL-0I-P02PP-00	Licença	12	3	15
	11	Subscrição do Veeam Backup for Microsoft 365, por 36 meses	PVBO365-0USU3YP00	Licença	810	130	940
	12	Serviço de instalação e configuração		Serviço	1		1
	13	Treinamento básico		Serviço	1		1

3.2 Características gerais:

3.2.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura da respectiva Ordem de Serviço (OS), as licenças e/ou subscrições CONTRATADAS, de acordo com os quantitativos solicitados pela PortosRio, observando o fornecimento sob demanda previsto neste Termo de Referência.

3.2.2 Cada OS deverá conter o volume específico de itens demandados, indicando licenças, subscrições e, quando aplicável, serviços correlatos.

3.2.3 Os SKU / Part Numbers elencados na tabela de referência possuem caráter meramente indicativo, podendo sofrer alterações pelo fabricante. Nesses casos, a CONTRATADA deverá garantir que o item ofertado mantenha equivalência funcional, obedecendo às características técnicas, número de núcleos licenciados, modalidade de suporte e todas as condições previstas neste TR.

3.2.4 As licenças deverão ser fornecidas na versão mais recente disponibilizada pelo fabricante na data da OS, assegurando a PortosRio o direito de uso sem custos adicionais, inclusive quando houver atualização de versão.

3.2.5 Todos os itens de software deverão ser devidamente emitidos, reconhecidos e registrados em favor da PortosRio nos portais oficiais dos fabricantes, de acordo com suas regras e práticas de licenciamento.

3.2.6 A CONTRATADA deverá assegurar à PortosRio acesso ao suporte técnico remoto on-line 24x7 fornecido pelos respectivos fabricantes, conforme a modalidade de licenciamento de cada produto, incluindo abertura de chamados via portal oficial, atendimento remoto, acesso a patches, hotfixes, atualizações, novas versões e demais recursos de suporte previstos na política vigente de cada fabricante. O suporte deverá permanecer ativo durante todo o período de vigência das licenças (subscrições ou Software Assurance), garantindo atendimento ininterrupto para incidentes críticos e suporte regular para questões operacionais, de atualização, ativação ou funcionamento das soluções adquiridas.

3.3 Características específicas do lote 1 – Licenciamento Microsoft

3.3.1 As licenças deverão ser CONTRATADAS em caráter perpétuo, devendo o contrato prever a vigência do Software Assurance (SA) pelo prazo de até 36 (trinta e seis) meses, conforme aplicável a cada item.

3.3.2 As licenças previstas nos itens 1 a 6 deverão ser fornecidas no modelo de licenciamento Microsoft Enterprise Agreement (EA), em conformidade com o Acordo Corporativo nº 08/2020, firmado entre a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI) e a Microsoft.

3.3.3 As licenças previstas nos itens 7, 8 e 9 deverão ser fornecidas no modelo de licenciamento Select Plus, conforme justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar.

3.3.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso à plataforma oficial do fabricante para gestão de licenciamento por volume, por meio da qual a PortosRio poderá visualizar, gerenciar e acompanhar todas as licenças Microsoft adquiridas, bem como usufruir dos benefícios associados ao Software Assurance.

3.3.5 O Software Assurance deverá garantir o direito a atualizações, correções, melhorias, patches e novas versões das licenças CONTRATADAS, as quais deverão ser disponibilizadas durante toda a sua vigência, sem ônus adicional para a contratante.

3.4 Características específicas do lote 2 – Solução de Backup Veeam

3.4.1 As licenças perpétuas e subscrições deverão ser disponibilizadas através do site oficial do fabricante, devidamente associadas à PortosRio e registradas segundo as práticas de licenciamento da Veeam.

3.4.2 O licenciamento do componente Veeam Backup for Microsoft Office 365 será realizado na modalidade de subscrição com vigência de 36 (trinta e seis) meses;

3.4.3 O fabricante deverá reconhecer formalmente as subscrições emitidas em nome da PortosRio, garantindo todos os direitos de suporte, atualização e acesso às funcionalidades Premium.

3.4.4 A CONTRATADA deverá assegurar o suporte equivalente ao nível *Production* ou superior, por 36 (trinta e seis) meses) incluindo:

- I - abertura de chamados 24x7 diretamente ao fabricante;
- II - acesso a patches, atualizações e novas versões durante todo o período da subscrição;
- III - acesso ao portal de suporte, base de conhecimento e ferramentas de diagnóstico;
- IV - resposta inicial conforme SLA do fabricante;
- V - suporte para incidentes relacionados ao licenciamento, ativação e funcionamento das funcionalidades CONTRATADAS.

3.4.5 Serviços de Instalação, Configuração e Treinamento (Lote 2 – Veeam)

I - Os serviços deverão ser executados por profissional certificado ou reconhecido pela Veeam, seguindo boas práticas do fabricante, abrangendo:

- a) instalação/atualização da solução no ambiente da PortosRio;
- b) integração com os novos hosts da infraestrutura HCI e com o ambiente atual;
- c) criação e parametrização dos repositórios de backup, incluindo repositórios imutáveis quando aplicável;
- d) configuração das políticas de retenção, replicação, criptografia e hardening;
- e) testes de backup e restore, com relatório de validação funcional;
- f) configuração dos recursos avançados da edição Premium, quando compatíveis;
- g) documentação da instalação;
- h) treinamento operacional básico para a equipe técnica, com carga horária mínima de 8 horas, contemplando rotinas de backup, restore, monitoramento e boas práticas.

II - Os serviços deverão ser executados sem indisponibilidade não planejada dos serviços corporativos, devendo a CONTRATADA pactuar cronograma e realizar a implantação em consonância com a fiscalização do contrato.

4. ENQUADRAMENTO COM O PDTIC

ALINHAMENTO AO PDTIC			
ID	NECESSIDADE DEFINIDA NO PDTIC	ID	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS
35	Manter o parque tecnológico da CDRJ atualizado e padronizado	n/a	Embora essa necessidade não esteja diretamente associada a um projeto estratégico específico, ela constitui base fundamental para a execução de todos os demais projetos previstos no Plano. A atualização e padronização do parque tecnológico, que inclui o licenciamento dos sistemas operacionais e softwares correlatos, garante a estabilidade, a resiliência e a confiabilidade da infraestrutura de TIC. Dessa forma, o atendimento à necessidade N35 viabiliza a implementação das iniciativas estratégicas da Companhia, ao assegurar que a infraestrutura de base esteja apta a suportar os sistemas e serviços corporativos em níveis adequados de desempenho e segurança.

5. CRITÉRIOS DE PARCELAMENTO OU AGRUPAMENTO EM LOTES

5.1 Considerando a natureza dos bens e serviços a serem contratados, bem como as características do mercado fornecedor, a contratação será dividida em dois lotes:

Lote 1: Licenciamento Microsoft, contemplando licenças perpétuas de Windows Server, Microsoft SQL Server e CALs de acesso por usuário, incluindo a contratação de Software Assurance; e

Lote 2: Solução de backup Veeam, contemplando as licenças perpétuas da Veeam Data Platform Premium e, de subscrição do produto Veeam Backup for Microsoft 365, bem como os serviços de instalação, configuração inicial e treinamento operacional básico da ferramenta, necessários para a adequada implantação, transição entre versões e utilização dos recursos de gestão e segurança do ambiente de backup.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

6.1 Os itens definidos no presente documento são de natureza comum, nos termos do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

7. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS

7.1 Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, visto que o objeto em questão não possui alta complexidade e que a realidade do mercado demonstra que existem diversas empresas especializadas nesse tipo de contratação.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário, contemplando a entrega e ativação de todas as licenças de forma integrada, com início de vigência simultâneo e cobertura total pelo período contratado.

9. PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.1 O prazo para o fornecimento das licenças é de 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

9.2 Este prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, uma única vez, por até igual período, desde que a CONTRATADA apresente justificativa formal devidamente fundamentada, acompanhada de documentação que comprove a necessidade da prorrogação. A solicitação deverá ser submetida à apreciação da Fiscalização do contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias consecutivos do término do prazo originalmente pactuado.

9.3 A prorrogação estará condicionada à análise e aprovação pela Fiscalização, que avaliará a pertinência dos motivos apresentados.

9.4 Condições de recebimento:

9.4.1 O recebimento pode ser:

- a) **Provisório:** no caso de aquisição de equipamentos e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à PortosRio, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela CONTRATADA;
- b) **Parcial:** relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no instrumento contratual, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;
- c) **Definitivo:** relativo à aceitação da integralidade do instrumento contratual e liberação da CONTRATADA tocante a vícios aparentes.

9.4.2 Se o instrumento contratual não dispuser de forma diferente, os recebimentos devem ocorrer, a contar da comunicação por parte da CONTRATADA direcionada ao Fiscal, nos seguintes prazos:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento provisório;
- b) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial;
- c) Até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

9.4.3 Em caso de atraso na entrega do objeto, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades descritas no item 21.

9.4.4 Deverão ser observados ainda pelas partes as demais disposições constantes sobre o tema no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da PortosRio (IN.GECOMP.06.001 – Gerir Compras e Instrumentos Contratuais) e no *o Instrumento Normativo GERCOS 10.003*.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 A (s) empresa (s) deverá (ão), obrigatoriamente, caso se sagre (m) vencedora (s) do certame apresentar:

10.1.1 Para o lote 1:

I - Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de soluções de licenciamento Microsoft compatíveis com, no mínimo, 40% do quantitativo global estimado para Windows Server, Microsoft SQL Server e Client Access Licenses (CALs) previstos neste Termo de Referência, demonstrando aptidão para o fornecimento de licenças em ambientes corporativos de médio e grande porte.

II - Declaração ou Certificado emitido pelo fabricante Microsoft, comprovando que a Licitante é revenda autorizada Microsoft, habilitada nas categorias Large Solution Partner (LSP) e Government Partner (GP), demonstrando, dessa forma, estar apta a operacionalizar contratos de licenciamento por volume, inclusive para médias e grandes organizações (com mais de 250 usuários ou dispositivos), bem como a atuar no segmento público. Tal exigência decorre da necessidade de operacionalização do licenciamento no âmbito do Microsoft Enterprise Agreement (EA), conforme condições estabelecidas no Acordo Corporativo nº 08/2020, firmado entre a Secretaria de Governo Digital e o fabricante Microsoft.

10.1.2 Para o Lote 2:

I - Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de licenças de software de backup do fabricante Veeam, em qualquer quantidade, incluindo a prestação de serviços de instalação e configuração da solução, demonstrando aptidão para atuação em ambientes corporativos.

II - Declaração ou Certificado emitido pelo fabricante Veeam, comprovando que a Licitante é empresa credenciada como parceira oficial, com permissão para fornecimento de seus produtos e serviços de suporte técnico.

10.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) estar relacionado(s) à atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme especificado em seu contrato social registrado na junta comercial competente.

10.3 Cada atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: nome do declarante, CNPJ, endereço, telefone da empresa emitente e descrição clara que permita comprovar que os serviços prestados atendem aos requisitos de qualidade exigidos.

10.4 A PortosRio poderá solicitar, em caráter de diligência, informações complementares para comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), como a cópia do contrato que deu suporte à contratação, o endereço atual da contratante, o local em que os serviços foram prestados, entre outros.

10.5 Todos os documentos apresentados estarão sujeitos à diligência da PortosRio para fins de confirmação das informações prestadas.

11. VALOR ESTIMADO

11.1 O valor estimado para o presente processo licitatório é sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, em conformidade com o art. 15 do Decreto nº. 10.024/2019.

11.2 A proposta comercial deverá conter, no mínimo, as informações dispostas na tabela a seguir, incluindo o valor total para o contrato, em formato numérico e por extenso, e a validade da proposta.

	ITEM	PRODUTO	PART NUMBER	UNID	QUANT TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
LOTE 1	1	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 36 meses - Item SGD MS.5.0-A0660	9EA-00039	Licença por pacote de 2 cores	112		
	2	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 24 meses - Item SGD MS.5.0-A0662	9EA-00039	Licença por pacote de 2 cores	24		
	3	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 12 meses - Item SGD MS.5.0-A0663	9EA-00039	Licença por pacote de 2 cores	24		
	4	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 36 meses - Item SGD MS.5.0-A0434	7NQ-00302	Licença por pacote de 2 cores	8		
	5	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 24 meses - Item SGD MS.5.0-A0436	7NQ-00302	Licença por pacote de 2 cores	2		
	6	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 12 meses - Item SGD MS.5.0-A0437	7NQ-00302	Licença por pacote de 2 cores	2		
	7	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 36 meses	R18-00130	Licença por usuário	1000		
	8	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 24 meses	R18-00130	Licença por usuário	150		
	9	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 12 meses	R18-00130	Licença por usuário	100		

	ITEM	PRODUTO	PART NUMBER	UNID	QUANT TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
LOTE 2	10	Licença perpétua Veeam Data Platform Premium, com suporte por 36 meses (Pack com 10 instâncias)	P-DPPVUL-01-PP000-000 V-DPPVUL-01-P02PP-00	Licença	15		
	11	Subscrição do Veeam Backup for Microsoft 365, por 36 meses	P-VBO365-0U-SU3YP-00	Licença	940		
	12	Serviço de instalação e configuração	**	Serviço	1		

	13	Treinamento básico	**	Serviço	1		
--	----	--------------------	----	---------	---	--	--

11.3 Para cada item, a licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, prospecto com as características técnicas do produto ofertado, possibilitando identificar de forma inequívoca as exigências previstas neste Termo de Referência.

11.4 Serão aceitas cópias das especificações obtidas no site do fabricante na Internet, juntamente com o endereço do site.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da execução do contrato previsto no presente termo correrão à conta da rubrica orçamentária de nº 211103002 - Aquisição e/ou Desenvolvimento de Software de Proc. de Dados e nº 225101001 - Tecnologia da Informação.

13. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

13.1 A empresa CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, apresentar à Fiscalização a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

13.2 A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

13.3 A garantia somente será devolvida à CONTRATADA quando terminada a execução contratual e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a PortosRio, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13.4 Em caso de aditamento ao instrumento contratual, importando tal fato na elevação de seu valor total, a CONTRATADA se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

13.5 A garantia será considerada extinta em até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

14. PAGAMENTO

14.1 Para o Lote 1:

14.1.1 O pagamento será realizado de forma parcelada, em parcelas anuais, em quantidade compatível com o prazo de cobertura do Software Assurance contratado, observando-se, como regra, a seguinte estrutura:

Para contratos com vigência de até 12 (doze) meses, o pagamento será realizado em parcela única, após a entrega das licenças e a efetiva disponibilização dos direitos de uso e dos benefícios associados ao Software Assurance, mediante recebimento definitivo e apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização;

Para contratos com vigência superior a 12 (doze) meses e até 24 (vinte e quatro) meses, o pagamento será realizado em 2 (duas) parcelas anuais, sendo a primeira após a entrega das

licenças e a segunda após 12 (doze) meses, condicionada à manutenção da cobertura de Software Assurance durante o período correspondente;

Para contratos com vigência superior a 24 (vinte e quatro) meses e até 36 (trinta e seis) meses, o pagamento será realizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira após a entrega das licenças, a segunda após 12 (doze) meses e a terceira após 24 (vinte e quatro) meses, condicionadas à manutenção da cobertura de Software Assurance durante os respectivos períodos.

14.1.2 Em cada parcela, o pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela PortosRio no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela Fiscalização, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da CONTRATADA.

14.2 Para o Lote 2

14.2.1 O pagamento dos itens 10 e 11 será efetuado em cota única, após o recebimento definitivo das licenças contratadas e efetivamente entregues, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização.

14.2.2 O pagamento dos serviços previstos nos itens 12 e 13 será efetuado em cota única, após o recebimento definitivo dos serviços contratados e efetivamente prestados, mediante apresentação de Nota Fiscal atestada pela Fiscalização.

14.2.3 O pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela PortosRio no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela Fiscalização, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da CONTRATADA.

14.2.4 As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes deverão ser apresentadas sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

14.2.5 Havendo erro nas notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, as notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes serão devolvidas à CONTRATADA pela Fiscalização e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal. Também poderá ser motivo de devolução, se a mesma for entregue após o 5º (quinto) dia útil do mês.

14.2.6 Nas notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes é recomendado que a CONTRATADA faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao instrumento contratual, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

14.2.7 As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes deverão ser entregues ao respectivo Gestor ou Fiscal do instrumento contratual, especificando o objeto e as quantidades, se houver.

14.2.8 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela PortosRio, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira com base no Índice IPCA, "pro rata die", calculado pelo IBGE, ou, se extinto, por qualquer

outro índice a ser acordado entre as partes, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.

14.2.9 Junto às notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, a CONTRATADA apresentará a cópia das certidões negativas de débitos com a Receita Federal/INSS e FGTS ou apresentação do Registro Cadastral no SICAF, atualizado, contendo as informações sobre validade das citadas certidões.

14.2.10 Eventual situação de irregularidade fiscal da CONTRATADA não impede o pagamento, se o material/serviço tiver sido entregue/prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e eventual rescisão contratual.

14.2.11 O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da CONTRATADA e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento junto à FISCALIZAÇÃO da PortosRio, bem como os recolhimentos relativos ao INSS/FGTS, cujos comprovantes de pagamento deverão ser anexados, por cópia, ao processo a que se refere o instrumento contratual.

14.2.12 A PortosRio, quando do pagamento, procederá conforme previsão na legislação tributária à retenção dos tributos e contribuições devidos pela CONTRATADA.

15. VIGÊNCIA

15.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços objeto deste certame será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período, desde que seja demonstrada a vantajosidade dos preços registrados.

15.2 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços deverão ser formalizados durante o período de sua vigência e terão prazos de vigência próprios, independentes da vigência da Ata, observadas as características específicas de cada lote e item contratado.

15.2.1 Lote 1 - Licenciamento Microsoft

Considerando que o Lote 1 contempla o fornecimento de licenças perpétuas de software Microsoft, acrescidas de Software Assurance (SA) por períodos determinados, a vigência de cada contrato será definida em função do prazo de cobertura do licenciamento adquirido.

Dessa forma, os contratos decorrentes deste lote poderão ter vigência de 12 (doze), 24 (vinte e quatro) ou 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura do respectivo instrumento contratual, conforme o item contratado.

15.2.2 Lote 2 - Licenciamento Veeam

O prazo de vigência dos contratos decorrentes deste lote será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual. A vigência poderá ser prorrogada por meio de Termo Aditivo, desde que haja concordância formal entre as partes e disponibilidade orçamentária da PortosRio, observados os limites previstos no art. 71 da Lei nº 13.303/16 e no Anexo IX da IN SEGES nº 5/2017, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- II. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- III. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a PortosRio mantém interesse na realização do serviço;
- IV. Seja comprovado que o valor contratual permanece economicamente vantajoso para a PortosRio;
- V. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

A formalização de contratos adicionais destinados à ampliação do quantitativo de licenças inicialmente contratadas estará condicionada à vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigação da Administração em sua integral execução, tampouco garantia de contratação dos quantitativos estimados.

16. REAJUSTE

16.1 O valor será fixo e irremovível, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da CONTRATADA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta, pela variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, conforme previsão expressa contida no art. 24 da Instrução Normativa nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

16.2 O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R: valor do reajustamento;

V: valor do serviço a ser reajustado;

I₀: índice específico, referente ao mês do recebimento das propostas;

I: índice específico, referente ao mês da execução dos serviços.

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

17. GESTOR

17.1 A gestão dos instrumentos contratuais ficarão a cargo da Gerência de Operação de Soluções - GERSOL.

17.2 A substituição da gestão contratual somente ocorrerá por ato formal de competência do Diretor-Presidente da PortosRio ou a quem ele delegar.

18. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1 O objeto será recebido por empregado (s) designado (s) pela PortosRio, denominado simplesmente FISCALIZAÇÃO, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento que venha a ser determinada pela PortosRio, a seu exclusivo juízo.

18.2 Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA, serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio, onde deverá constar o ciente das partes, nas ocasiões devidas, assim como as providências tomadas e seus efeitos, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

18.3 O procedimento de FISCALIZAÇÃO não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução do objeto, por seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade da PortosRio ou de seus empregados ou prepostos.

18.4 Caso haja registro de ocorrência(s) relacionada(s) com a execução deste instrumento contratual que possa(m) ensejar a aplicação de penalidade, o Gestor ou a FISCALIZAÇÃO deste Contrato dará ciência do ocorrido à Corregedoria da PortosRio, através da OUVGER, para fins de apuração e, se for o caso, aplicação de sanção na forma do **IN.GECOMP 06.002 - Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas**).

18.5 A tolerância ou o não exercício pela PortosRio de quaisquer direitos a ela assegurados no instrumento contratual ou na legislação não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos.

18.6 A FISCALIZAÇÃO da PortosRio reservar-se-á o direito de impugnar o que não for realizado a contento, ficando a CONTRATADA na obrigação de refazê-los sem qualquer ônus para a PortosRio.

19. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1 Na execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá acesso a informações sensíveis da PortosRio, cabendo à mesma as seguintes responsabilidades:

Sigilo e Confidencialidade: Manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre toda e qualquer informação à qual venha a ter acesso em decorrência da execução do contrato. As informações devem ser tratadas como confidenciais, exceto aquelas previamente classificadas como de domínio público pela PortosRio. O descumprimento dessa obrigação poderá resultar em responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme previsto no art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro).

Responsabilidade pela Divulgação: Assumir total responsabilidade pela divulgação não autorizada ou uso inadequado de qualquer informação pertencente à PortosRio, sendo responsável pelas consequências legais decorrentes.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1 A CONTRATADA, no que couber, deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República e nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª Edição Atualizada e Ampliada, novembro/2025.

21. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

21.1 A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

- I. Advertência.
- II. Multa.
- III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PortosRio, por até 2 (dois) anos.

21.2 A sanção de multa constante do inciso II do subitem anterior poderá ser aplicada de forma cumulativa com as constantes dos incisos I e III do mesmo subitem.

21.3 Da sanção de advertência

21.3.1 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

21.3.2 A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela PortosRio.

21.4 Da sanção de multa

21.4.1 A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão.
- b) Em decorrência de não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado pelo licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão.
- c) Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão.
- d) Pelo atraso na fornecimento das licenças, poderá ser aplicada multa correspondente a até 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. A partir do 6º (sexto) dia, o percentual de multa será de 3% (três por cento) sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias.
- e) Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. A partir do 6º (sexto) dia, o percentual de multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 2 (dois) dias.
- f) No caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos no subitem anterior, ficará a critério da Contratante, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, prosseguir com os procedimentos relativos à rescisão contratual.
- g) No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual.
- h) No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de até 30% sobre o valor do instrumento contratual.

21.4.2 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PortosRio, por até 2 (dois) anos.

21.4.3 Será considerado como "inexecução parcial" o atraso na entrega do objeto superior a 15 dias, sem a devida justificativa, devendo esta ser informada à Fiscalização com antecedência mínima de 10 dias consecutivos do prazo de entrega definido no cronograma de execução, para análise.

21.4.4 Será considerado como "inexecução total" o atraso na entrega do objeto superior a 30 dias, sem a devida justificativa, devendo esta ser informada à Fiscalização com antecedência mínima de 10 dias consecutivos do prazo de entrega definido no cronograma de execução, para análise.

21.4.5 A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

21.5 Da sanção de suspensão

21.5.1 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à PortosRio, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.5.2 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

21.5.3 A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

21.6 Para aplicação de quaisquer das sanções previstas, a PortosRio definirá o rito apropriado, observando, em especial, o seguinte:

Notificação formal à CONTRATADA.

Garantia do contraditório e da ampla defesa.

Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

21.7 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a PortosRio autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA o valor da multa devida.

21.8 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

21.9 Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

21.10 Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

21.11 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da PortosRio.

21.12 No caso de haver rescisão contratual, a CONTRATADA deverá fornecer, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias corridos, todas as informações necessárias à transição para a nova CONTRATADA, além de elaborar e atualizar toda a documentação que por ventura não tenha sido devidamente gerada ou atualizada durante o período de vigência do contrato.

21.13 As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1 Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 13.303/16, a CONTRATADA deverá:

- Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à PortosRio, que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- Deverá primar pelo bom planejamento das atividades, utilizar as boas práticas técnicas e de governança, avaliar previamente a viabilidade técnica, os riscos e os impactos de suas ações, planejar e documentar adequadamente as mudanças de configuração dos ativos de Segurança da Informação.
- Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.
- Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com expressa autorização da PortosRio.
- Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à PortosRio e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, quando comprovada a culpa ou dolo da CONTRATADA.
- Comunicar a PortosRio, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- Manter os seus profissionais qualificados nas ferramentas, metodologias, processos e tecnologias utilizados pela PortosRio durante toda a vigência do contrato.
- Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da PortosRio.
- Zelar pelo sigilo e confidencialidade de quaisquer informações referentes à estrutura, topologia, dados, usuários, sistemas, bem como outras informações que porventura venha a ter acesso, em função do desempenho das suas atividades, relacionados à PortosRio, durante e após o fim do Contrato, salvo se houver autorização expressa por ela para divulgação;
- Garantir sigilo e inviolabilidade das informações e comunicações realizadas por meio do serviço desta contratação, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- Responder pelos danos comprovadamente, após ampla defesa, causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de seus

empregados ou prepostos, quando na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em função da fiscalização e acompanhamento realizados pela PortosRio.

- Disponibilizar, no mínimo, 01 (um) profissional com certificação Veeam Certified Engineer (VMCE), admitindo-se, alternativamente, Veeam Certified Architect (VMCA), com experiência em implantação e configuração da solução Veeam. A comprovação da certificação deverá ser apresentada no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, podendo ser auditada pela Fiscalização no início da implantação.
- Garantir a comprovação da vinculação dos profissionais mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - Sócio: Contrato social devidamente registrado no órgão competente;
 - Diretor: Cópia do contrato social, em se tratando de firma individual ou limitada, e cópia da ata de eleição da diretoria, devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou
 - Empregado: Cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou do Contrato de Trabalho em vigor.
 - A comprovação da qualificação técnica profissional poderá ser feita por meio de documento digitalizado com apresentação documento original, cópia autenticada ou documento digital em que seja possível comprovar a autenticidade em site do emissor.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, a PortosRio deverá:

- Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados.
- Assegurar-se da boa prestação e da boa qualidade dos serviços prestados.
- Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.
- Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando necessário, para execução dos serviços.
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- Solicitar a empresa CONTRATADA, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços desejados.
- Informar a empresa CONTRATADA de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados.
- Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços.

24. RESPONSABILIDADES

24.1 O instrumento contratual será executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas nele avençadas e as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da PortosRio (IN.GECOMP.06.001 – Gerir Compras e Instrumentos Contratuais), do Instrumento Normativo GERCOS 10.003 e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

24.2 A CONTRATADA assume a total responsabilidade pela execução plena e satisfatória do instrumento contratual, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo perante a PortosRio e terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados, além das perdas e danos porventura resultantes da ação dos mesmos.

24.3 A CONTRATADA assumirá total responsabilidade sobre o que for executado com vícios ou defeitos, em virtude de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência e/ou emprego de equipamentos ou procedimentos inadequados para a execução dos mesmos.

24.4 À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:
Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a PortosRio;
Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução contratual, ainda que acontecido em dependência da PortosRio;
Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução contratual, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
Encargos fiscais e comerciais que lhe caibam, resultantes desta contratação.

24.5 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no subitem anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à PortosRio, nem pode onerar o objeto contratual, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a PortosRio.

ANEXO I-A

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – DOD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

INTRODUÇÃO

Em conformidade com IN.GERCOS 10.003, a fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda pela Área de TIC.

Este documento deverá ser elaborado pela Área Requisitante da solução.

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Nome do Projeto: Aquisição de licenciamento para infraestrutura de TIC

Unidade/Setor/Departamento: GERSOL

Responsável pela demanda: Juliana de Araújo de Toledo **Matrícula:** 09529

IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE REQUISITANTE/ TÉCNICO

Nome: Juliana de Araújo de Toledo

Matrícula: 09529

Cargo: Gerente

Lotação: GERSOL

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE REQUISITANTE definidas na IN.GERCOS 10.003/23, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.

(assinado eletronicamente)
JULIANA DE ARAÚJO DE TOLEDO
Integrante requisitante e técnico

IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Nome: Alessandro Jorge Barros Ribeiro

Matrícula: 09624

Cargo: Supervisor

Lotação: SUAITE

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE REQUISITANTE definidas na IN.GERCOS 10.003/23, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.

(assinado eletronicamente)
ALESSANDRO JORGE BARROS RIBEIRO
Integrante administrativo

IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Necessidade da Contratação

Ao longo de 2025, a GERSOL desenvolveu diversos projetos voltados à modernização da infraestrutura tecnológica da PortosRio, dentre os quais se destaca o de aquisição de solução hiperconvergente (Proc. 50905.002373/2025-66), cujo objetivo é atualizar o datacenter principal da Companhia, ampliando sua capacidade computacional e possibilitando a implantação de novos serviços e sistemas corporativos.

Com essa atualização tecnológica, a SUPTIN identificou a oportunidade de estabelecer um ambiente de contingência (Disaster Recovery – DR) no Porto de Itaguaí, aproveitando os ativos que serão remanejados do datacenter atual. Para viabilizar essa estratégia, torna-se imprescindível a adequação do licenciamento Microsoft, especialmente no que se refere ao Windows Server e suas respectivas Client Access Licenses (CALs), de forma a garantir a conformidade legal e técnica do novo ambiente.

Além disso, a revisão do ambiente de licenciamento deve contemplar também outros componentes críticos da infraestrutura. O SQL Server atualmente em uso, na versão 2017, já não atende integralmente às novas demandas de segurança, desempenho e compatibilidade com os sistemas mais recentes, tornando necessária sua atualização. Da mesma forma, o licenciamento das soluções de backup e recuperação precisará ser ajustado e complementado, em razão da modernização do hardware e da ampliação do ambiente, a fim de garantir plena integração e funcionamento do sistema de proteção de dados.

Dessa forma, a atualização dos licenciamentos de software é condição essencial para a consolidação do novo ambiente tecnológico, assegurando a continuidade dos serviços críticos, a mitigação de riscos operacionais e a conformidade com as boas práticas de governança de TIC.

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
Mapa Estratégico 2025-2030	
1. INFRAESTRUTURA	Modernizar e expandir a infraestrutura portuária, assegurando que o porto seja um centro logístico de excelência

Motivação/Justificativa

A motivação decorre de três fatores principais: a modernização da infraestrutura tecnológica, a implantação de ambiente de contingência e a necessidade de atualização tecnológica para garantir segurança, desempenho e conformidade legal.

RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Com a efetivação da contratação, espera-se alcançar os seguintes resultados:

Regularização e continuidade do uso de softwares Microsoft: manutenção da conformidade legal no uso de sistemas operacionais, suítes de produtividade, servidores e demais soluções da Microsoft, evitando riscos de descontinuidade de serviços e passivos decorrentes de uso não licenciado.

Atualização tecnológica: acesso às versões mais recentes dos produtos licenciados, com melhorias de desempenho, segurança e funcionalidades, promovendo maior eficiência operacional e aderência às boas práticas de governança de TIC.

Padronização e interoperabilidade: manutenção de um ambiente tecnológico padronizado, promovendo maior integração entre sistemas, interoperabilidade entre plataformas e redução de custos operacionais com suporte e manutenção.

Aprimoramento da segurança da informação: mitigação de vulnerabilidades associadas a versões desatualizadas de software, com suporte contínuo do fabricante, contribuindo para a proteção dos ativos digitais da Companhia.

FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da pretensa contratação correrão por conta da Rubrica Orçamentária 211103002 - Aquisição e/ou Desenvolvimento de Software de Proc. de Dados.

ENCAMINHAMENTO

Encaminhe-se à Superintendência de Tecnologia da Informação, para providências.

(assinado eletronicamente)
JULIANA DE ARAÚJO DE TOLEDO
 Gerente da GERSOL

PREENCHIMENTO PELA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ALINHAMENTO AO PDTIC - 2022 a 2025

ID	Ação do PDTIC	ID	Projeto Estratégico associado
35	Manter o parque tecnológico da CDRJ atualizado e padronizado	N/A	Embora essa necessidade não esteja diretamente associada a um projeto estratégico específico, ela constitui base fundamental para a execução de todos os demais projetos previstos no Plano. A atualização e padronização do parque tecnológico, que inclui o licenciamento dos sistemas operacionais e softwares correlatos, garante a estabilidade, a resiliência e a confiabilidade da infraestrutura de TIC. Dessa forma, o atendimento à necessidade N35 viabiliza a implementação das iniciativas estratégicas da Companhia, ao assegurar que a infraestrutura de base esteja apta a suportar os sistemas e serviços corporativos em níveis adequados de desempenho e segurança.

ALINHAMENTO AO PLABS 2025

Item	Descrição
1093	Licenças de Infraestrutura de TIC

JUSTIFICATIVA PARA ACUMULAÇÃO DE PAPÉIS (SE APLICÁVEL)

Ausência de efetivo técnico justifica a indicação de gerente como Integrante Requisitante e Técnico

JUSTIFICATIVA PARA A DESIGNAÇÃO DE DIRIGENTE DA ÁREA DE TIC (SE APLICÁVEL)

Ausência de efetivo no setor

ENCAMINHAMENTO

Considerando que a demanda apresentada pela GERSOL é necessária para garantir a atualização, assim como a regularização e continuidade do uso de softwares Microsoft da Companhia, assegurando que a infraestrutura de base esteja apta a suportar os sistemas e serviços corporativos em níveis adequados de desempenho e segurança, **APROVO** a solicitação e determino o prosseguimento da instrução da contratação, com participação das áreas envolvidas.

Encaminhe-se à autoridade competente da Área Administrativa, que deverá:

Decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;

Indicar o Integrante Administrativo para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, quando da continuidade da contratação; e

Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme exposto no inciso IV do art. 2º, e inciso III do §2º do art. 10.

(assinado eletronicamente)

ALDO CARVALHO RIBEIRO
Superintendente de Tecnologia da Informação

ANEXO I-B

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Estudo Técnico Preliminar constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e visa, essencialmente, assegurar sua viabilidade e embasar o termo de referência a ser elaborado, caso a contratação seja considerada exequível.

1.2 Nesse contexto, a presente análise tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento das demandas contidas no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, em consonância com o IN GERCOS 10.003.

2. DEFINIÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

2.1 Contextualização:

2.1.1 Ao longo de 2025, a GERSOL desenvolveu diversos projetos voltados à modernização da infraestrutura tecnológica da PortosRio, dentre os quais se destaca o de aquisição de solução hiperconvergente (Proc. 50905.002373/2025-66), cujo objetivo é atualizar o datacenter principal da Companhia, ampliando sua capacidade computacional e possibilitando a implantação de novos serviços e sistemas corporativos.

2.1.2 Com essa atualização tecnológica, a SUPTIN identificou a oportunidade de estabelecer um ambiente de contingência (Disaster Recovery – DR) no Porto de Itaguaí, aproveitando os ativos que serão remanejados do datacenter atual. Para viabilizar essa estratégia, torna-se imprescindível a adequação do licenciamento Microsoft, especialmente no que se refere ao Windows Server e suas respectivas Client Access Licenses (CALs), de forma a garantir a conformidade legal e técnica do novo ambiente.

2.1.3 Além disso, a revisão do ambiente de licenciamento deve contemplar também outros componentes críticos da infraestrutura. O SQL Server atualmente em uso, na versão 2017, já não atende integralmente às novas demandas de segurança, desempenho e compatibilidade com os sistemas mais recentes, tornando necessária sua atualização. Da mesma forma, o licenciamento das soluções de backup e recuperação precisará ser ajustado e complementado, em razão da modernização do hardware e da ampliação do ambiente, a fim de garantir plena integração e funcionamento do sistema de proteção de dados.

2.1.4 Dessa forma, a atualização dos licenciamentos de softwares é condição essencial para a consolidação do novo ambiente tecnológico, assegurando a continuidade dos serviços críticos, a mitigação de riscos operacionais e a conformidade com as boas práticas de governança de TIC.

2.2 Identificação das necessidades de negócio:

2.2.1 A contratação de licenças de software de infraestrutura visa garantir a continuidade e a eficiência operacional dos serviços de TIC da PortosRio. Esses softwares são essenciais para

o funcionamento seguro e estável dos ambientes computacionais, incluindo servidores, redes, armazenamento e segurança da informação. A ausência de licenciamento adequado compromete a conformidade legal, a segurança cibernética e a disponibilidade dos serviços corporativos.

2.3 Identificação das necessidades tecnológicas:

2.3.1 A demanda envolve a atualização e regularização do licenciamento de softwares essenciais à infraestrutura de TIC da PortosRio, com destaque para os seguintes componentes:

- **Windows Server e CALs:** Atualização e complementação do licenciamento para suportar o novo ambiente de contingência (Disaster Recovery) no Porto de Itaguaí, garantindo conformidade legal e técnica.
- **SQL Server:** atualização da versão 2017 para versão mais recente, visando melhorias de desempenho, segurança e compatibilidade com os sistemas corporativos.
- **Veeam backup:** Atualização e complementação do licenciamento da atual solução de backup e restauração para integração com o novo ambiente hiperconvergente, assegurando a continuidade da proteção de dados. Adicionalmente, faz-se necessária a inclusão do mecanismos para proteção dos dados de e-mail, OneDrive e SharePoint, pois, embora a plataforma Microsoft 365 mantenha seus serviços em infraestrutura redundante, garantindo alta disponibilidade e resiliência, tais recursos não oferecem funcionalidades importantes do processo de backup, tais como controle sobre versões, retenção ampliada ou recuperação granular dos dados pela PortosRio.

2.3.2 A atualização do parque de licenças é necessária para garantir a operação segura, eficiente e legal dos serviços críticos da Companhia, viabilizando a consolidação do novo datacenter e a implantação do ambiente de contingência.

2.4 Alinhamento ao PDTIC:

ALINHAMENTO AO PDTIC - 2022 a 2025			
ID	Ação do PDTIC	ID	Projeto Estratégico associado
35	Manter o parque tecnológico da PortosRio atualizado e padronizado	N/A	Embora essa necessidade não esteja diretamente associada a um projeto estratégico específico, ela constitui base fundamental para a execução de todos os demais projetos previstos no Plano. A atualização e padronização do parque tecnológico, que inclui o licenciamento dos sistemas operacionais e softwares correlatos, garante a estabilidade, a resiliência e a confiabilidade da infraestrutura de TIC. Dessa forma, o atendimento à necessidade N35 viabiliza a implementação das iniciativas estratégicas da Companhia, ao assegurar que a infraestrutura de base esteja apta a suportar os sistemas e serviços corporativos em níveis adequados de desempenho e segurança.

2.5 Requisitos Legais:

2.5.1 A Contratação deverá atender às determinações contidas nos seguintes instrumentos:
 Lei nº 13.303/2016;
 IN GECOMP 06.001;
 IN GERCOS 10.003;
 Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023;
 Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022; e
 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

2.6 Critérios de Sustentabilidade:

2.6.1 A Contratação deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República e nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª Edição Atualizada e Ampliada, novembro/2025 , no que couber.

2.7 Disponibilidade de soluções similares em outro órgão ou entidade da Administração Pública:

ENTIDADE	LICITAÇÃO	OBJETO	ANO
UASG: 389267	PE nº 90002/2025	Aquisição de Servidores e outros equipamentos de informática, softwares Microsoft, serviços e suporte, a fim de compor o parque de informática do Conselho Regional de Química da 9ª Região, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	2025
UASG: 928011	PE nº 90019/2025	Aquisição de licenças do Windows Server para ampliação e melhoria dos serviços computacionais dos equipamentos servidores de rede da Câmara Municipal de São José, de acordo com o Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos deste Edital	2025
UASG: 928467	PE nº 90003/2025	Pregão Eletrônico - Contratação de empresas para o fornecimento de licenças de Softwares Microsoft Windows Server Datacenter e Microsoft Windows Server CAL	2025
UASG: 80022	PE nº 90003/2025	Aquisição de atualização e de novas licenças do sistema operacional Microsoft Windows Server Datacenter e Standard, CALs de usuário, licenças de acesso remoto (RDS) e banco de dados SQL Server.	2025
UASG: 90027	PE nº : 90027/2025	A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a eventual contratação de empresa para fornecimento de licenças perpétuas do software Microsoft SQL Server Standard 2022 Per Core, com garantia, suporte e atualização pelo período de 12 meses, para atender as necessidades do Tribunal Regional Federal da Primeira Região - TRF1, de acordo com condições, especificações e quantidades constantes deste Edital e seus Anexos.	2025
UASG: 925402	PE nº : 90011/2025	Pregão Eletrônico - Aquisição de licenças perpétuas do software Microsoft SQL Server Enterprise Core, na versão mais atual, licenciado por núcleo de processamento, em pacotes com 2 (dois) núcleos (cores) por licença, incluindo suporte técnico e garantia de atualização pelo período de 36 (trinta e seis) meses por meio do Software Assurance (SA), conforme especificações constantes no Termo de Referência.	2025
UASG: 389260	PE nº : 90007/2025	Contratação de solução de backup e replicação com licenciamento da plataforma Veeam por 3 anos, incluindo subscrição, armazenamento em nuvem seguro (mínimo de 6 TB), suporte técnico 24x7, instalação, configuração, treinamento e garantia de funcionamento contínuo da solução, para atender às necessidades de proteção e recuperação de dados do Conselho Federal de Química.	2025
UASG: 925466	PE nº : 90009/2025	Contratação de subscrição de softwares de backup Veeam, conforme detalhamento, especificações, quantitativos estimados e exigências previstas neste instrumento e seus anexos.	2025
UASG: 927131	PE nº : 90015/2024	Licenciamento Veeam Backup & Replication e treinamento	2025

2.8 Soluções existentes no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>):

- Não foram identificadas soluções no Portal do Software Público Brasileiro (www.softwarepublico.gov.br) que ofereçam as funcionalidades requeridas ou que sejam

compatíveis com a arquitetura tecnológica atualmente adotada pela Companhia. Assim, não há soluções disponíveis no portal que possam ser aproveitadas para esta contratação.

2.9 Capacidade e alternativas do mercado, inclusive a existência de software livre ou software público:

2.9.1 O mercado apresenta soluções consolidadas, tanto proprietárias quanto de código aberto, para os diversos componentes de infraestrutura de TIC. A escolha da solução deve, contudo, considerar a arquitetura vigente da PortosRio, a criticidade dos serviços suportados e o plano de modernização do datacenter (implantação de solução hiperconvergente e DR em Itaguaí).

2.9.2 Para o componente sistema operacional/servidores (Windows Server), existem alternativas proprietárias e de código aberto: entre as opções comerciais estão Red Hat Enterprise Linux e SUSE Linux Enterprise, e entre as soluções livres e comunitárias destacam-se Debian, Ubuntu LTS, CentOS Stream, Rocky Linux e AlmaLinux.

2.9.3 Para o componente SGBD (Microsoft SQL Server), há alternativas abertas e comerciais: as principais soluções livres/mantidas pela comunidade são PostgreSQL, MariaDB e MySQL (além de Firebird); alternativas comerciais incluem Oracle Database e IBM Db2.

2.9.4 Para o componente de backup/recuperação (Veeam Backup & Replication), existem alternativas comerciais maduras como Commvault, Veritas NetBackup, Rubrik e Cohesity, e opções de código aberto ou híbridas como Bacula (Community/Enterprise), Bareos, Amanda, Restic, Borg e Kopia.

2.9.5 No Portal do Software Público (SPB) há projetos e componentes de software livre disponíveis, mas não foram identificadas soluções que substituam de forma direta e sem impactos as plataformas centrais aqui tratadas.

2.10 Observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING e Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG, conforme as Portarias Normativas SLTI nº 5, de 14 de julho de 2005 e nº 3, de 7 de maio de 2007:

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

2.11 Aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICPBrasil, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, quando houver necessidade de utilização de certificação digital:

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

2.12 Observância às orientações, premissas, especificações técnicas e funcionais definidas pelo Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), quando o objetivo da solução abranger a gestão de documentos arquivísticos digitais e não digitais, conforme Resolução do CONARQ nº 32, de 17 de maio de 2010:

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

2.13 Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC:

2.13.1 A solução a ser contratada deverá considerar os seguintes aspectos:

I - Modelo de licenciamento:

Por se tratar de sistemas críticos à operação da infraestrutura tecnológica da Companhia, como sistemas operacionais de servidores, bancos de dados e plataformas de backup corporativo, deve-se priorizar, sempre que tecnicamente viável, o modelo de licenciamento perpétuo. Tal modelo reduz significativamente o risco de descontinuidade decorrente de alterações na política comercial do fornecedor ou de eventuais falhas na cadeia administrativa de renovações contratuais, assegurando maior previsibilidade orçamentária, estabilidade operacional e continuidade dos serviços essenciais no médio e longo prazo.

II - Suporte a atualizações:

A contratação deverá estar condicionada à disponibilização, pelo fornecedor ou fabricante, de atualizações de segurança, correções críticas e patches de estabilidade durante o período mínimo de suporte estabelecido para a versão adquirida. Tal exigência visa garantir a conformidade com as políticas de segurança da informação e a manutenção da integridade dos sistemas corporativos.

III - Prazo mínimo de cobertura das licenças:

Na hipótese de inviabilidade técnica ou comercial para aquisição em regime perpétuo, as licenças deverão possuir vigência mínima de 36 (trinta e seis) meses, prazo considerado adequado para equilibrar custo, previsibilidade orçamentária e continuidade operacional. Esse período reduz o risco de descontinuidade decorrente de renovações frequentes, sem impor compromissos excessivos de longo prazo ou ônus financeiro antecipado à Administração.

IV - Escalabilidade e previsão de crescimento:

O dimensionamento do licenciamento deverá contemplar a projeção de crescimento do ambiente tecnológico para um horizonte mínimo de 36 (trinta e seis) meses. Essa estimativa deve considerar projetos em curso e planejados que possam demandar ampliação da capacidade ou acréscimo de licenças, de modo a evitar aquisições fragmentadas e garantir a eficiência do gasto público.

V - Garantias comerciais e qualificação técnica:

O edital deverá prever requisitos de qualificação técnica e garantias comerciais que assegurem o compromisso do fornecedor com a continuidade do fornecimento e suporte das licenças ao longo de toda a vigência contratual. Essa medida visa garantir previsibilidade na entrega, mitigação de riscos contratuais e atendimento ininterrupto aos serviços corporativos dependentes da solução.

2.14 Resultados Esperados

2.14.1 Regularização e continuidade do uso de softwares Microsoft: manutenção da conformidade legal no uso de sistemas operacionais, suítes de produtividade, servidores e demais soluções da Microsoft, evitando riscos de descontinuidade de serviços e passivos decorrentes de uso não licenciado.

2.14.2 Atualização tecnológica: acesso às versões mais recentes dos produtos licenciados, com melhorias de desempenho, segurança e funcionalidades, promovendo maior eficiência operacional e aderência às boas práticas de governança de TIC.

2.14.3 Padronização e interoperabilidade: manutenção de um ambiente tecnológico padronizado, promovendo maior integração entre sistemas, interoperabilidade entre plataformas e redução de custos operacionais com suporte e manutenção.

2.14.4 Aprimoramento da segurança da informação: mitigação de vulnerabilidades associadas a versões desatualizadas de software, com suporte contínuo do fabricante, contribuindo para a proteção dos ativos digitais da Companhia.

3. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

3.1 Considerando o cenário tecnológico atual da PortosRio, a presente contratação tem como objetivo principal garantir a continuidade operacional, a atualização de licenciamento e a sustentação de serviços críticos suportados por três pilares da infraestrutura de TIC da PortosRio: Sistemas Operacionais de rede, Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados e Solução de Backup e Replicação. Essas plataformas vêm sendo utilizadas e expandidas ao longo de muitos anos e hoje se encontram profundamente integradas à infraestrutura, aos sistemas de negócio e às rotinas de operação da Companhia.

3.2 Nesse contexto, foram identificadas duas soluções conceituais possíveis para atender à demanda:

3.2.1 Atualização e expansão do licenciamento atual, mantendo-se as plataformas em uso; e

3.2.2 Substituição das plataformas por outras, sem definição de marca, contemplando a possibilidade de adoção de software livre ou de outros fabricantes.

3.3 A seguir, são analisadas as vantagens e desvantagens de cada solução, à luz do ambiente da PortosRio, dos riscos operacionais envolvidos e dos objetivos do presente estudo.

4. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

4.1 Solução 1: Atualização e expansão do licenciamento atual, mantendo-se as plataformas em uso

4.1.1 A solução de atualização e expansão do licenciamento atual consiste em manter as plataformas hoje consolidadas na PortosRio — Windows Server, SQL Server e Veeam Backup & Replication —, ajustando quantitativos, versões e modelos de licenciamento para adequá-las às necessidades presentes e futuras do parque tecnológico, incluindo o novo ambiente de datacenter e cenários de contingência/DR.

4.1.2 Do ponto de vista técnico e operacional, essa solução apresenta como principal vantagem a continuidade de uma base tecnológica já madura e amplamente dominada pela equipe interna. O Windows Server é a base da infraestrutura de TI da PortosRio há mais de 15 anos, sustentando Active Directory, DNS, DHCP, controladores de domínio, serviços de arquivos, políticas de segurança e autenticação integrada a múltiplas aplicações. Essa profundidade de integração faz com que qualquer troca de plataforma de sistema operacional

envolva reescrita de políticas e scripts, redefinição de permissões e grupos, ajustes em mecanismos de autenticação e testes intensivos, elevando o risco de indisponibilidade ou de falhas sutis de segurança. Manter o Windows Server, promovendo sua atualização de versão e regularização de licenças, permite preservar essa arquitetura, mantendo a compatibilidade com os serviços existentes e aproveitando o suporte e as atualizações de segurança fornecidas diretamente pela Microsoft.

4.1.3 O mesmo raciocínio se aplica ao SQL Server. Atualmente na versão 2017, esse SGBD suporta sistemas corporativos críticos como SSA, Benner e SILOG, cujos modelos de dados, rotinas de negócio, stored procedures e integrações foram concebidos e otimizados especificamente para esse banco. A continuidade no ecossistema Microsoft, com atualização para versões suportadas e expansão do licenciamento, permite utilizar ferramentas nativas de migração, replicação e alta disponibilidade, reduzindo significativamente o risco de inconsistências de dados e de indisponibilidade prolongada dos sistemas de negócio. Além disso, a equipe técnica já possui experiência consolidada na administração, monitoramento e troubleshooting do SQL Server, o que se traduz em resposta mais rápida a incidentes e menor curva de aprendizado.

4.1.4 No que diz respeito ao Veeam Backup & Replication, trata-se da plataforma de backup e recuperação em uso desde 2018, na qual se encontra consolidado o histórico de cópias de segurança e os procedimentos de restauração da PortosRio. Toda a estratégia de RTO e RPO, rotinas de backup diários, semanais e mensais, e a própria confiança da equipe de infraestrutura na recuperabilidade dos dados estão hoje ancoradas nessa solução. A manutenção do Veeam, com expansão e regularização do licenciamento, reduz drasticamente o risco de perda de histórico de backup, de incompatibilidades de formato e de janelas de migração prolongadas. Além disso, o Veeam possui integração comprovada com ambientes hiperconvergentes, suporte a restaurações granulares e funcionalidades aderentes ao cenário de disaster recovery pretendido.

4.1.5 Do ponto de vista de gestão e governança, essa solução também é vantajosa. A PortosRio já dispõe de processos, documentação, rotinas operacionais e base de conhecimento interna relacionados a essas plataformas. A atualização e expansão do licenciamento se concentram em ajustes contratuais e técnicos (ex.: aumento de número de licenças, adequação de versões, inclusão de Software Assurance ou manutenção), sem necessidade de reprojeter a arquitetura do ambiente. Isso reduz o esforço de capacitação, mitiga riscos de produtividade decorrentes de mudanças bruscas de tecnologia e permite focalizar os recursos de projeto na modernização da infraestrutura (como a implantação de ambiente hiperconvergente e DR em Itaguaí) em vez de dispersá-los em esforços paralelos de migração de plataforma.

4.1.6 Apesar de suas vantagens, a solução de atualização e expansão do licenciamento atual traz alguns desafios e riscos, que devem ser considerados. Ao optar pela continuidade das mesmas plataformas, a PortosRio permanece dependente de tecnologias proprietárias e sujeita às políticas comerciais dos respectivos fabricantes, incluindo possíveis mudanças de modelo de licenciamento e reajustes de preços, o que exige atenção no planejamento orçamentário de médio e longo prazo. A permanência em um único ecossistema também pode reduzir, em alguma medida, a flexibilidade para adoção de alternativas tecnológicas, caso não haja, em paralelo, uma estratégia de avaliação periódica de outras soluções. Além disso, a atualização para versões mais recentes dos produtos e a ampliação do licenciamento, ainda que dentro da mesma família de produtos, demandam planejamento, testes de compatibilidade, janelas de manutenção e capacitação pontual da equipe, de forma a evitar impactos não planejados na operação.

4.1.7 Em síntese, a solução de atualização e expansão do licenciamento atual oferece forte aderência técnica e operacional ao ambiente da PortosRio, mas requer atenção contínua à gestão de dependência de fornecedores, à evolução dos modelos de licenciamento e à condução cuidadosa de upgrades de versão, para que seus benefícios sejam plenamente alcançados.

4.2 Solução 2: Substituição das plataformas em uso por outras, sem definição de marca

4.2.1 A segunda solução analisada consiste na substituição das plataformas atuais por outras soluções disponíveis no mercado, sem definição prévia de marca, incluindo opções de software livre, software público ou produtos de outros fabricantes. Em termos conceituais, essa abordagem poderia, em tese, oferecer maior independência tecnológica, potencial redução de custos de licenciamento e possibilidade de adoção de modelos alternativos (como SGBDs open source ou soluções de backup com outros modelos comerciais).

4.2.2 No entanto, quando essa solução é analisada à luz da realidade específica da PortosRio, emerge um conjunto de desafios relevantes. Em primeiro lugar, os produtos atualmente em uso foram implementados e expandidos ao longo de muitos anos, encontrando-se profundamente conectados e inter-relacionados com outros serviços e tecnologias em uso na instituição. No caso do Windows Server, a migração para outra família de sistemas operacionais de servidor (por exemplo, distribuições Linux) exigiria não apenas a substituição de um software por outro, mas a reprojeção de todo o ecossistema de autenticação, políticas de segurança, scripts de administração, integrações com aplicações e mecanismos de gestão de identidade. Isso demandaria investimentos significativos em migração, testes, padronização do parque tecnológico e capacitação da equipe, com impacto direto sobre a continuidade de serviços críticos.

4.2.3 De forma semelhante, a substituição do SQL Server por outro SGBD, como o PostgreSQL, MariaDB ou outro banco comercial, implicaria reengenharia das aplicações que hoje dependem fortemente de recursos específicos do SQL Server. Seria necessário converter esquemas de banco de dados, stored procedures, funções e triggers, além de adaptar rotinas de integração, relatórios e mecanismos de backup/restore. Agrava esse cenário o fato de que os principais sistemas que utilizam o SQL Server na PortosRio (como SSA, Benner e SILOG) são "sistemas de prateleira" customizados, fornecidos por terceiros e já consolidados, cada qual vinculado a contratos próprios de implantação e manutenção. Uma mudança de SGBD demandaria, portanto, não apenas esforço técnico, mas também revisões contratuais e novos custos junto a cada fornecedor, podendo inclusive ser inviável do ponto de vista de suporte oficial desses produtos. Esse tipo de migração exige projeto específico, usualmente complexo e de longa duração, com risco elevado de problemas de desempenho, inconsistências de dados e interrupções nos sistemas de negócio caso não seja conduzido com grande rigor.

4.2.4 No âmbito de backup e recuperação, a substituição do Veeam por outra solução (seja um produto comercial alternativo, seja uma plataforma open source) traz, adicionalmente, o risco concreto de perda parcial ou total do histórico de backups armazenados em formatos proprietários da ferramenta atual. A migração de repositórios de backup, quando possível, costuma ser trabalhosa, exige longas janelas de processamento e nem sempre garante preservação integral dos pontos de recuperação já existentes. Em um ambiente em que o histórico de backup é elemento central da estratégia de continuidade de negócios, esses riscos não são triviais. Ao mesmo tempo, a equipe técnica teria de se adaptar a novas

interfaces, novos conceitos de política de backup e novos procedimentos de restauração, reduzindo, no curto e médio prazo, a velocidade de resposta em incidentes de recuperação.

4.2.5 Além dos riscos técnicos, a substituição ampla de plataformas exigiria investimentos indiretos relevantes em capacitação (treinamentos formais, tempo de experimentação, supervisão de especialistas), reescrita de documentação e revisão de processos. Também ampliaria a probabilidade de incidentes causados por erro humano durante o período de transição, justamente em áreas sensíveis como autenticação, banco de dados corporativos e backup/restore. Ainda que a adoção de soluções sem custo de licença possa representar economia aparente em termos financeiros, a soma dos custos de migração, de consultoria especializada e da perda de produtividade durante a transição tende a reduzir ou mesmo inverter esse benefício no horizonte considerado por esta contratação.

4.2.6 Como vantagem potencial dessa solução, é possível mencionar a oportunidade, em um cenário de longo prazo, de reduzir dependência de fornecedores específicos e diversificar a base tecnológica, além de explorar eventuais reduções de custo de licenciamento com software livre. Contudo, esses benefícios só se materializam plenamente se a migração for tratada como programa estruturado, com planejamento próprio, orçamento dedicado, provas piloto e governança específica — o que extrapola o escopo e o horizonte do presente estudo técnico preliminar.

4.3 Análise consolidada das soluções:

4.3.1 À luz dos elementos expostos, verifica-se que a atualização e expansão do licenciamento atual, mantendo-se as plataformas Windows Server, SQL Server e Veeam Backup & Replication, constitui a solução mais aderente aos objetivos desta contratação e ao contexto operacional da PortosRio. Essa solução preserva a arquitetura já consolidada, reduz o risco de indisponibilidade e de perda de dados, aproveita o conhecimento acumulado da equipe interna e permite concentrar esforços na regularização de licenciamento, na modernização da infraestrutura e na melhoria dos mecanismos de continuidade de negócios (incluindo o ambiente de DR), sem a necessidade de empreender projetos de migração de plataforma de alta complexidade.

4.3.2 Por outro lado, a substituição das plataformas em uso por outras, sem definição de marca, embora tecnicamente possível e com potenciais benefícios de longo prazo, apresenta, no curto e médio prazo, riscos elevados à estabilidade dos serviços, exige investimentos indiretos significativos e demanda planejamento mais amplo do que o escopo deste ETP comporta. Essa solução, portanto, não se mostra adequada como resposta imediata à necessidade de atualização de licenciamento e sustentação do ambiente atual, podendo eventualmente ser considerada em estudos específicos e projetos futuros de transformação tecnológica, se houver decisão estratégica nesse sentido.

4.3.3 Diante disso, a solução recomendada no presente estudo é a continuidade das plataformas atualmente em uso, com atualização e expansão do licenciamento, associada à adoção das melhores práticas de contratação, manutenção e suporte, de forma a garantir a segurança, a disponibilidade e a confiabilidade dos serviços de TI prestados pela PortosRio. Essa alternativa mostrou-se a mais aderente ao cenário da PortosRio por assegurar a continuidade de uma base tecnológica já consolidada na PortosRio, reduzir riscos de indisponibilidade e de perda de dados, aproveitar o conhecimento acumulado da equipe interna e focar o esforço do projeto na regularização de licenças, modernização da infraestrutura e fortalecimento das rotinas de continuidade de negócios.

4.4 Da indicação de marca:

4.4.1 A presente contratação envolve a indicação de produtos de fabricantes específicos (Microsoft e Veeam), hipótese excepcional prevista no art. 47, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, que exige motivação circunstanciada e respaldo em estudo técnico ou procedimento de padronização. Conforme amplamente demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar, não se mostra viável, no horizonte desta contratação, a substituição das plataformas atualmente em uso na PortosRio por soluções de outros fabricantes, em razão da forte integração dessas tecnologias com a infraestrutura existente e com sistemas corporativos críticos, bem como dos riscos e custos indiretos associados a uma migração dessa natureza.

4.4.2 Desse modo, a indicação das marcas Microsoft e Veeam não decorre de preferência subjetiva, mas da necessidade de manter a padronização tecnológica hoje estabelecida e de assegurar a continuidade e a segurança dos serviços de TI da Companhia, em linha com a solução considerada mais vantajosa sob os aspectos técnicos e econômicos.

4.4.3 Nesse sentido, há precedentes na jurisprudência que apontam para a possibilidade de se observar o princípio da padronização, sem conflitar com a vedação de preferência de marca. O Acórdão-TCU nº 1.521/2003, do Plenário, por exemplo, pondera que:

(...) a indicação de marca na especificação de produtos de informática pode ser aceita frente ao princípio da padronização previsto no art. 15, I, da Lei 8.666/93, desde que a decisão administrativa que venha a identificar o produto pela sua marca seja circunstanciadamente motivada e demonstre ser essa a opção, em termos técnicos e econômicos, mais vantajosa para a administração;

4.4.4 Outros julgados da Corte de Contas também apontam no mesmo sentido, a exemplo do Acórdão nº 2.844/2003 - Primeira Câmara, Acórdão nº 2.664/2007 - Plenário e Acórdão nº 2.984/2008 - Segunda Câmara. Reiteradas decisões nessa linha ensejam a edição da Súmula nº 270 do TCU, que dispõe:

Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação.

4.4.5 Assim, considerando esse marco legal e jurisprudencial, bem como a análise técnica desenvolvida neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a indicação das marcas Microsoft e Veeam nesta contratação atende às exigências de excepcionalidade, padronização e justificativa prévia previstas na Lei nº 14.133/2021 e na orientação do TCU, configurando-se como medida adequada para garantir a continuidade e a segurança dos serviços de TI da PortosRio.

5. SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS:

5.1 Durante a análise das alternativas, concluiu-se que a solução 2 é inviável para o horizonte desta contratação. A inviabilidade decorre, principalmente, do elevado impacto sobre a infraestrutura e os sistemas corporativos da PortosRio, que hoje se encontram fortemente integrados às plataformas em uso, bem como da necessidade de reengenharia de aplicações críticas suportadas pelo SQL Server. A migração para outros sistemas operacionais de servidores, outros SGBDs ou outra solução de backup implicaria projetos complexos e de longa duração, com riscos significativos de indisponibilidade, inconsistências

de dados, perda de histórico de backups e aumento substancial de custos indiretos (consultoria, capacitação, alterações contratuais e suporte adicional dos fornecedores).

5.2 Diante desse cenário, conclui-se que a substituição ampla das plataformas, embora tecnicamente possível em um contexto de transformação tecnológica mais abrangente, não se mostra viável nem proporcional aos objetivos imediatos desta contratação, que são a regularização de licenciamento e a sustentação do ambiente atual com segurança e continuidade.

6. COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS TOTAIS (TCO)

6.1 Considerando que apenas uma das alternativas propostas foi considerada viável, o presente tópico não se aplica.

7. ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

7.1 Licenciamento Microsoft:

No que se refere aos produtos Microsoft, a necessidade da PortosRio abrange o licenciamento do Windows Server e do Microsoft SQL Server, em suas versões mais recentes, no modelo perpétuo. O licenciamento perpétuo confere direitos de uso indefinido das licenças adquiridas, mitigando riscos de descontinuidade em eventuais transições entre contratos e proporcionando maior estabilidade orçamentária de longo prazo, sem dependência exclusiva de renovações periódicas de subscrição para a continuidade dos serviços.

Entretanto, a utilização do Windows Server, no modelo de licenciamento por servidor, requer a aquisição de Client Access Licenses (CALs), que são licenças de acesso necessárias para que usuários ou dispositivos possam utilizar legalmente os serviços oferecidos pelo servidor (como autenticação, arquivos, impressão e aplicações corporativas). Em termos de conformidade de licenciamento, não basta licenciar apenas o software de servidor: é igualmente necessário licenciar o direito de acesso dos usuários ou dispositivos a esse servidor por meio das CALs.

Nesse cenário, considerando que as CALs atualmente em uso na PortosRio foram adquiridas para versão anterior do Windows Server (como Windows Server 2019) e estão vinculadas a um contexto de infraestrutura e base de usuários distinto do ambiente projetado, a atualização para a versão mais recente do Windows Server demandará a aquisição de novas CALs compatíveis e em quantidade adequada à expansão planejada dos serviços e acessos.

Para esse novo contexto, recomenda-se a adoção de CALs na modalidade de usuário, uma vez que esse modelo se mostra mais aderente à realidade em que um mesmo usuário acessa os serviços corporativos a partir de múltiplos dispositivos (estações de trabalho, notebooks, dispositivos móveis, acesso remoto etc.) e em regime de trabalho híbrido (remoto e presencial). As CALs de usuário permitem melhor racionalização do licenciamento e maior alinhamento com a evolução da quantidade de usuários e da oferta de serviços corporativos, em comparação com o modelo de CAL por dispositivo.

Conforme informado anteriormente, recomenda-se adquirir as versões mais recentes disponíveis, observando, contudo, aspectos essenciais à manutenção e evolução tecnológica ao longo do ciclo de vida dos sistemas. Nesse sentido, a contratação do Software Assurance

(SA) mostra-se necessária, pois agrega benefícios que mitigam riscos operacionais e garantem maior previsibilidade na gestão dos ativos.

O SA assegura o direito de atualização para novas versões lançadas durante sua vigência, mantendo os ambientes em conformidade com padrões atuais de segurança e suporte do fabricante. Garante também acesso contínuo a patches de segurança e melhorias, bem como direitos de downgrade, permitindo operar versões anteriores quando a compatibilidade com aplicações legadas assim exigir — recurso particularmente importante em cenários de migração gradual.

Adicionalmente, o SA inclui facilidades como ferramentas de migração e direitos de uso para ambientes de teste e homologação, ampliando a flexibilidade administrativa. A combinação entre licenciamento perpétuo e Software Assurance oferece, portanto, uma trajetória de evolução tecnológica sem descontinuidade, preservando segurança, compatibilidade e estabilidade operacional no ambiente da PortosRio.

Em observância às diretrizes estabelecidas pela Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, que orienta a adoção de catálogos padronizados de soluções de TIC no âmbito da Administração Pública Federal, o licenciamento Microsoft previsto nesta contratação deverá seguir, sempre que aplicável, as condições e parâmetros definidos nos acordos corporativos firmados pela Secretaria de Governo Digital com fabricantes de ampla utilização no setor público, conforme item 4.1, alínea g da referida portaria.

Dentre esses instrumentos, destaca-se o Acordo Corporativo nº 08/2020, firmado entre a SGD/MGI e a Microsoft, vigente e aplicável às contratações de licenciamento de software da fabricante. O acordo estabelece condições comerciais padronizadas e preços mais favoráveis para os órgãos partícipes, disponibilizados por meio do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas – Microsoft, consolidado nos Anexos I e II, destinado à Administração Pública Federal.

Em cumprimento a essas diretrizes, a GERSOL realizou consulta formal à Coordenação-Geral de Acordos e Alinhamento Tecnológico (CGAAT/SGD-MGI) sobre a possibilidade de adesão da PortosRio ao referido acordo. Após tratativas com a fabricante, a Microsoft confirmou a viabilidade da adesão e disponibilizou as instruções para prosseguimento, que incluem a assinatura do Termo de Adesão pela autoridade competente da Companhia. Toda a tratativa relacionada à assinatura do Termo de Adesão está registrada no processo 50905.007317/2025-18.

Considerando tal enquadramento, a presente contratação deverá observar os seguintes requisitos específicos:

I - A contratada deverá comprovar sua condição de revendedora autorizada Microsoft, devidamente habilitada para ofertar os produtos constantes dos Anexos I e II do referido acordo, demonstrando, ainda, capacidade técnica e operacional para a execução de contratos nas modalidades nele previstas.

II - A estimativa de preços deverá se basear nos valores constantes dos Anexos I e II do Acordo Corporativo nº 08/2020, excetuando-se as Client Access Licenses (CALs), por não se encontrarem contempladas nesses anexos. Os valores estabelecidos no referido catálogo configuram Preços Máximos de Compra de Itens de TIC (PMC-TIC), sendo admitida a obtenção de condições mais vantajosas mediante negociação, em conformidade com o princípio da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

III - Nos casos em que as licenças a serem adquiridas não estejam contempladas no referido acordo, notadamente as Client Access Licenses (CALs), a estimativa de preços deverá ser elaborada com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo IV-A da Instrução Normativa GECOMP nº 06.001, observando-se as diretrizes e metodologias ali previstas para a adequada formação de preços.

Modelo de Licenciamento

No âmbito do Acordo Corporativo nº 08/2020, verifica-se que o Catálogo constante dos Anexos I e II está estruturado com base nos modelos de licenciamento Microsoft Enterprise Agreement (EA), Enterprise Agreement Subscription (EAS) e Server and Cloud Enrollment (SCE).

Nesse contexto, considerando que a presente contratação contempla a aquisição de licenças em caráter perpétuo, acrescidas de Software Assurance (SA), observa-se que, dentre os modelos de licenciamento que estruturam o referido Acordo, o Enterprise Agreement (EA) é aquele que apresenta maior compatibilidade com esse tipo de aquisição, tendo em vista sua aderência a cenários de licenciamento definitivo, bem como à manutenção de benefícios relacionados à atualização de versões e ao suporte ao longo do tempo.

No que se refere às Client Access Licenses (CALs), por se tratar de licenças cuja natureza é acessória ao licenciamento de servidores, sendo dimensionadas conforme a quantidade de usuários ou dispositivos que efetivamente acessam os serviços, sua necessidade pode variar ao longo do tempo, exigindo aquisições incrementais.

Nesse contexto, a adoção de modelos orientados à padronização organizacional ou a compromissos globais de licenciamento mostra-se menos aderente, podendo resultar em sobreposição de licenças, rigidez contratual ou inadequação ao crescimento gradual da demanda. Por outro lado, modelos de licenciamento por volume que possibilitam aquisições sob demanda apresentam maior compatibilidade com essa natureza de consumo.

À luz dessas características, e com base na documentação oficial da Microsoft aplicável ao setor governamental, observa-se que o programa Select Plus apresenta maior aderência técnica para esse tipo de aquisição, por viabilizar a aquisição flexível das licenças previstas, com possibilidade de inclusão de Software Assurance, sem exigência de compromissos organizacionais amplos ou padronização prévia do ambiente.

7.2 Licenciamento Veeam:

A adoção da solução Veeam na PortosRio ocorreu por meio do Contrato CDRJ nº 71/2017, que contemplou o então pacote Veeam Data Platform Advanced Enterprise, reunindo os componentes Veeam Backup & Replication e Veeam ONE. Implantada em 2018, a solução passou a concentrar o histórico de cópias de segurança dos ambientes corporativos, acumulado de forma contínua ao longo dos anos, consolidando a plataforma como elemento crítico para a continuidade de negócio da Companhia.

Desde a contratação original, o portfólio comercial da Veeam evoluiu significativamente, com reestruturação de nomenclaturas, reorganização de pacotes e atualização do modelo de licenciamento. As funcionalidades antes distribuídas entre módulos separados foram integradas à linha Veeam Data Platform, que mantém a lógica de proteção e monitoramento do ambiente, ampliando recursos para governança, automação, resiliência cibernética e suporte a cenários de contingência. Considerando a ampliação da infraestrutura de TI, a

implantação do novo datacenter e a necessidade de elevar o nível de maturidade da solução, a presente contratação propõe a adoção da edição Veeam Data Platform Premium.

Entretanto, embora essa edição agregue à PortosRio capacidades avançadas de proteção, monitoramento, recuperação e resiliência cibernética, ela não contempla diretamente a proteção dos dados armazenados no Microsoft 365, tais como caixas de e-mail do Exchange Online, arquivos do OneDrive for Business e bibliotecas do SharePoint Online. Esses serviços concentram informações essenciais à operação administrativa e técnica da Companhia e, portanto, devem integrar a estratégia institucional de backup.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, apesar da plataforma Microsoft 365 operar sobre infraestrutura distribuída, redundante e altamente resiliente — garantindo disponibilidade do serviço — esses mecanismos não constituem backup sob controle da PortosRio. As funcionalidades nativas se limitam a políticas de retenção, janelas temporais reduzidas, versionamento parcial e restaurações condicionadas às regras da própria plataforma, não permitindo gestão independente, retenção estendida, restauração granular nem testes de recuperação sob supervisão da Companhia.

Diante desse cenário, a contratação de uma solução independente e desvinculada do ambiente Veeam principal implicaria segmentação operacional, aumento da complexidade de gestão, duplicidade de ferramentas e redução da eficiência do processo de backup corporativo, contrariando a proposta deste estudo. Além disso, a adoção de ferramentas distintas para ambientes de backup contraria boas práticas de governança de TI ao fragmentar a supervisão, reduzir a rastreabilidade e elevar o risco operacional associado à gestão de múltiplas plataformas.

Assim, a solução tecnicamente adequada e alinhada ao modelo de proteção já implantado é agregar ao licenciamento proposto o componente Veeam Backup for Microsoft 365. Esse módulo permite realizar backup independente dos dados do Microsoft 365, aplicar retenção ampliada conforme requisitos normativos, realizar recuperação granular (mensagens, pastas, documentos, bibliotecas, sites) e executar testes de restauração de forma integrada ao restante da plataforma Veeam.

A implantação desse componente atende também à recomendação formal da Auditoria Interna no Relatório nº 16/2023 – PONTO 5, transcrita a seguir:

PONTO 5 - Necessidade de garantir Backup e Restauração dos Dados no Office 365.

7.2.4.2.2 - RECOMENDAMOS à Superintendência de Tecnologia da Informação (SUPTIN) **que assegure que os dados do e-mail corporativo, SharePoint e OneDrive, que fazem parte do Office 365, estejam em uma rotina de backup segura**, e que se realizem testes de recuperação para verificar a integridade dos dados.

Em razão da evolução do modelo comercial do fabricante, a Veeam disponibiliza atualmente tanto o licenciamento no modelo de subscrição quanto o licenciamento perpétuo, este último acompanhado de contrato de manutenção e suporte. Considerando o histórico de uso contínuo da solução na PortosRio desde 2018, a criticidade do serviço de backup para a continuidade do negócio e a necessidade de preservar o controle institucional sobre o uso das licenças ao longo do tempo, optou-se, neste estudo, pela adoção do modelo de licenciamento perpétuo para a plataforma principal de backup (Veeam Data Platform Premium).

Ressalta-se, contudo, que o componente Veeam Backup for Microsoft 365 é disponibilizado exclusivamente pelo fabricante no modelo de subscrição, não sendo elegível ao licenciamento

perpétuo. Assim, sua contratação deverá observar o modelo de subscrição vigente, com vigência alinhada às necessidades operacionais e ao planejamento contratual da PortosRio.

Essa abordagem mostra-se mais alinhada à natureza crítica da solução, ao histórico consolidado de dados de backup e aos princípios de continuidade, segurança da informação e previsibilidade orçamentária que orientam a gestão de ativos de TIC da PortosRio.

Dessa forma, o licenciamento a ser contratado deverá:

- I - preservar, no mínimo, a capacidade de proteção já existente desde a implantação original;
- II - cobrir integralmente a nova infraestrutura de datacenter, incluindo produção, homologação e o ambiente de contingência/DR;
- III - contemplar o licenciamento por usuário, no modelo de subscrição, para proteção do Microsoft 365, com margem de expansão; e
- IV - adotar licenciamento perpétuo, acompanhado de contrato de manutenção e suporte.

Além disso, considerando as diferenças entre o modelo adquirido em 2018 e o modelo atualmente ofertado, bem como a introdução de novas funcionalidades de gestão e segurança, torna-se necessária a contratação de serviços de instalação, configuração e transição para a nova versão, garantindo continuidade operacional, preservação do histórico de backup e uso efetivo dos recursos avançados da edição Premium. Deverá ser incluído também treinamento básico para a equipe técnica, de modo a atualizar o conhecimento previamente adquirido e padronizar as práticas internas à luz das funcionalidades recentemente introduzidas.

Esse formato assegura continuidade, preserva o histórico consolidado desde 2018, mantém a PortosRio alinhada às versões suportadas pelo fabricante e garante suporte e atualizações durante toda a vigência contratual.

7.3 Estimativa de Demanda: Quantidade de Bens e Serviços

A estimativa de demanda para esta contratação parte de uma análise integrada da capacidade atual do ambiente e dos vetores de crescimento identificados ao longo da vigência contratual. O objetivo é dimensionar as licenças de forma a garantir cobertura adequada para produção, homologação e contingência/DR, já contemplando a expansão decorrente dos projetos estratégicos previstos para o curto e médio prazo (de 2026 a 2028).

No caso do Windows Server, para o novo ambiente de hiperconvergência (HCI) estima-se a necessidade de licenciamento correspondente a 144 cores, considerando os nós que compõem o cluster principal de produção. Adicionalmente, o ambiente de recuperação de desastres (DR) conta com quatro hosts — três servidores HPE ProLiant DL380 Gen10 (16 cores cada) e um servidor GIGABYTE R282-3C2-00 (32 cores) — totalizando 80 cores. Esses recursos devem ser contemplados no dimensionamento, assegurando cobertura tanto do ambiente principal quanto do ambiente de contingência.

Quanto às Client Access Licenses (CALs), a estimativa considerou o universo de usuários que acessam serviços corporativos baseados em Windows Server. A PortosRio conta com cerca de 1.000 usuários, entre colaboradores ativos, contas funcionais e contas técnicas utilizadas para monitoramento e administração de sistemas. As CALs deverão acomodar variações decorrentes do concurso público, que prevê um total inicial de 85 vagas, conforme dados da GERCAR (Doc. 10635072), criação de novas contas técnicas e evolução dos serviços corporativos, especialmente em um cenário de trabalho híbrido.

Para o Microsoft SQL Server, dimensionou-se a necessidade de 8 pacotes de 2 cores (totalizando 16 cores), considerando quatro servidores com 4 cores cada. Esse quantitativo atende às bases de dados atualmente hospedadas e poderá ser ajustado conforme a evolução das cargas de trabalho e dos projetos que venham a demandar novas instâncias ou aumento de capacidade.

No que se refere à solução Veeam, a estimativa de demanda adota a transição do modelo anterior baseado em 18 sockets para o modelo atual de licenciamento por workloads/instâncias (Veeam Universal License – VUL), em alinhamento à edição Veeam Data Platform Premium. O dimensionamento tomará como base o número de servidores físicos e máquinas virtuais atualmente protegidos, bem como a nova infraestrutura de datacenter (produção, homologação e DR) e as projeções de crescimento do ambiente de TI. Como o modelo é orientado por workload, torna-se essencial prever margem de expansão para evitar contratações fragmentadas durante a vigência do licenciamento.

Para o Veeam Backup for Microsoft 365, adotou-se como base o universo atual de 810 contas corporativas com licenciamento Microsoft/Office 365 ativo. A previsão de ingresso decorrente do concurso público adiciona 85 usuários ao cálculo, totalizando 895 contas. Considerando a estabilidade do quadro funcional e a ausência de projetos capazes de ampliar significativamente esse quantitativo durante a vigência, aplicou-se margem de 5%, equivalente a 45 usuários adicionais. Assim, o total estimado para licenciamento corresponde a 940 contas.

A presente estimativa considerou, ainda, projetos estratégicos em curso na PortosRio com impacto direto na demanda por recursos computacionais e, consequentemente, por licenciamento. Entre eles, destaca-se o VTMS (Vessel Traffic Management Information), que, embora inicialmente possa ser suportado pela infraestrutura a ser implantada, tende a exigir ampliação de capacidade a médio prazo em razão do elevado volume de informações previsto. Da mesma forma, constam entre os projetos estratégicos do próximo ciclo iniciativas como o Sistema de Gestão Ambiental Inteligente, a Plataforma de Inteligência Logística com IA e a Plataforma de Analytics e Governança de Dados Portuária (proc. 50905.006618/2025-24), todas com potencial de impactar significativamente a demanda por processamento, armazenamento, bancos de dados e rotinas de backup.

Considerando que tais iniciativas dependem de decisões administrativas futuras e de cronogramas de implantação que não podem ser plenamente definidos no momento da contratação, adotou-se o Sistema de Registro de Preços (SRP) como instrumento mais adequado para compatibilizar o planejamento da contratação com a incerteza quanto ao momento e à extensão dessas expansões. Nesse contexto, os quantitativos estimados refletem tanto a demanda imediata quanto a expectativa de demanda, sem gerar obrigação de contratação integral, permitindo que a Administração adquira os volumes estritamente necessários à medida que os projetos se materializem.

Nesse cenário, eventual acréscimo de capacidade na solução de hiperconvergência, limitado a 25% do contrato, conforme o planejamento técnico e o limite legal aplicável, poderá demandar ampliação proporcional do licenciamento correspondente. Esse potencial de expansão, equivalente à inclusão de um nó adicional de computação (48 cores), foi considerado no planejamento do licenciamento do Windows Server, evitando a necessidade de nova contratação específica apenas para absorver esse crescimento dentro dos limites contratuais vigentes.

A mesma lógica se aplica aos demais componentes de software: Para o SQL Server, admite-se ampliação de até 25% durante a vigência contratual. Para a solução Veeam Data Platform Premium, o ambiente atual, com aproximadamente 120 máquinas virtuais entre o datacenter principal e o de Itaguaí, será inicialmente coberto por 12 licenças do tipo *10 Instance Pack*, podendo ser ampliado na mesma proporção, conforme a evolução da infraestrutura ou dos projetos estratégicos.

Em relação ao licenciamento Microsoft, considerando que a modalidade de contratação aplicável é o Microsoft Enterprise Agreement (EA), conforme Acordo Corporativo firmado, a estimativa de demanda foi estruturada de modo a compatibilizar o SRP com o modelo de licenciamento do fabricante, cujo ciclo contratual possui prazo máximo de 36 meses. Assim, a demanda imediata foi dimensionada com licenças acompanhadas de Software Assurance (SA) pelo prazo integral de 36 meses, enquanto a demanda eventual, associada a expansões cuja ocorrência e momento não são plenamente previsíveis, foi prevista em itens distintos, com prazos de SA de 24 e 12 meses, correspondentes ao tempo remanescente do EA no momento da eventual contratação. Essa segmentação evita distorções de preço, assegura aderência ao ciclo contratual do fabricante e preserva a economicidade, sem impor obrigação de aquisição à Administração.

A partir dessas definições, chegou-se ao seguinte cenário para o licenciamento:

Fabricante	Produto / Componente	Unidade	Demanda imediata (cenário projetado)	Demanda prevista para expansão	Memória de Cálculo
Microsoft	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 36 meses	Licença por pacote de 2 cores	112	-	Total de cores iniciais: Soma de HCI (144) + DR (80) = 224 cores (112 licenças)
	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 24 meses	Licença por pacote de 2 cores	-	24	A expansão de 48 cores está associada ao acréscimo de 1 nó de computação no HCI. (+ 24 licenças)
	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 12 meses	Licença por pacote de 2 cores	-	24	
	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 36 meses	Licença por usuário	1000	-	Colaboradores + contas funcionais e técnicas (monitoramento/admin)
	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 24 meses	Licença por usuário	-	150	Margem de até 25% para crescimento de usuários e serviços
	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 12 meses	Licença por usuário	-	100	
	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 36 meses	Licença por pacote de 2 cores	8	-	Cobertura inicial prevista pela equipe técnica
	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 24 meses	Licença por pacote de 2 cores	-	2	Margem de 25%, considerando o eventual crescimento do ambiente e os novos projetos estratégicos planejados

	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 12 meses	Licença por pacote de 2 cores	-	2	
Veeam	Licença perpétua Veeam Data Platform Premium, com suporte por 36 meses (Pack com 10 instâncias)	pacote (10 instâncias)	12	3	Cobertura inicial de ~120 VMs (principal + Itaguaí). Margem de 25% (30 instâncias) para crescimento de workloads/projetos
	Subscrição do Veeam Backup for Microsoft 365, por 36 meses	licença por usuário	810	130	Total de licenças iniciais: 810 contas corporativas com licenciamento de Office/Microsoft 365 (Doc. 10637973) Expansão: estimativa prevista para o próximo concurso (85 vagas, conforme dados da GERCAR - Doc. 10635072) + margem de expansão de 5%

Ressalta-se que, para os serviços de instalação, configuração e treinamento associados ao licenciamento da solução Veeam, não foram previstos acréscimos de quantitativo. Tais serviços possuem escopo definido e estão vinculados à necessidade de mitigar riscos de descontinuidade, inconsistência de versões e perda de dados decorrentes da atualização entre o ambiente atualmente implantado e a edição a ser contratada. Além disso, visam assegurar que a equipe técnica esteja atualizada quanto às funcionalidades da edição Premium, garantindo operação segura da plataforma. Nesse contexto, eventuais expansões futuras do licenciamento, decorrentes do crescimento orgânico da infraestrutura, poderão ser conduzidas diretamente pela equipe técnica da PortosRio, não demandando novas contratações de serviços profissionais especializados.

Essa abordagem encontra respaldo no item 7.3.2 da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, que orienta que o *órgão ou entidade deve demandar os volumes de licenças e serviços agregados, de forma gradual, seguindo cronograma de implantação, cabendo o pagamento apenas sobre os quantitativos demandados, fornecidos e efetivamente implantados (grifo nosso)*. Ao dimensionar apenas o necessário para o cenário projetado e prever expansão apenas onde existe correlação direta com o crescimento da infraestrutura, evita-se a contratação antecipada de licenças sem uso imediato e assegura-se aderência às boas práticas de gestão, economicidade e racionalidade na alocação de recursos.

8. DEMAIS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 Parcelamento da Solução:

8.1.1 Considerando a natureza dos bens e serviços a serem contratados, bem como as características do mercado fornecedor, propõe-se o parcelamento da solução em dois lotes:

Lote 1: Licenciamento Microsoft, contemplando licenças perpétuas de Windows Server, Microsoft SQL Server e CALs de acesso por usuário, incluindo a contratação de Software Assurance;

Lote 2: Solução de backup Veeam, contemplando as licenças perpétuas da Veeam Data Platform Premium e, de subscrição do produto Veeam Backup for Microsoft 365, bem como os serviços de instalação, configuração inicial e treinamento operacional básico da ferramenta, necessários para a adequada implantação, transição entre versões e utilização dos recursos de gestão e segurança do ambiente de backup.

8.1.2 O quadro a seguir apresenta o parcelamento proposto nesse estudo:

LOTE 1	ITEM	PRODUTO	UNID	QUANT TOTAL
	1	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 36 meses	Licença por pacote de 2 cores	112
	2	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 24 meses	Licença por pacote de 2 cores	24
	3	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 12 meses	Licença por pacote de 2 cores	24
	4	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 36 meses	Licença por pacote de 2 cores	8
	5	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 24 meses	Licença por pacote de 2 cores	2
	6	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 12 meses	Licença por pacote de 2 cores	2
	7	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 36 meses	Licença por usuário	1000
	8	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 24 meses	Licença por usuário	150
	9	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 12 meses	Licença por usuário	100

LOTE 2	ITEM	PRODUTO	UNID	QUANT TOTAL
	10	Licença perpétua Veeam Data Platform Premium, com suporte por 36 meses (Pack com 10 instâncias)	Licença	15
	11	Subscrição do Veeam Backup for Microsoft 365, por 36 meses	Licença	940
	12	Serviço de instalação e configuração	Serviço	1
	13	Treinamento básico	Serviço	1

8.1.3 O agrupamento dos produtos Microsoft em um único lote se justifica pela comunhão de características técnicas e comerciais: são produtos do mesmo fabricante, distribuídos por ampla rede de revendedores e distribuidores autorizados, com regras de licenciamento integradas (por exemplo, a correlação entre licenças de servidor e CALs de acesso, bem como o uso de Software Assurance para atualização de versões e direitos de *downgrade*). A criação de sublotes separados para Windows Server, SQL Server, CALs e demais componentes, apesar de possível em tese, tenderia a fragmentar o volume de aquisição sem trazer ganho relevante de competitividade, pois o universo de fornecedores atuantes é, em geral, o mesmo para todo o portfólio de licenciamento Microsoft. Além disso, tal fracionamento resultaria em maior complexidade administrativa, multiplicação de instrumentos contratuais e risco de perda de economia de escala, com potencial aumento de custo global para a

Administração, sem contrapartida proporcional em termos de benefício técnico ou ampliação de concorrência.

8.1.4 A solução Veeam, por sua vez, será tratada em lote separado, abrangendo as licenças perpétuas do Veeam Data Platform Premium no modelo VUL (workloads/instâncias), a subscrição do Veeam Backup For Microsoft Office 365 e os serviços diretamente associados à sua implantação no ambiente da PortosRio, notadamente a instalação, configuração inicial, integração com a infraestrutura de virtualização e repositórios de backup, bem como o operacional básico da equipe técnica. Trata-se de tecnologia de outro fabricante, com políticas específicas de licenciamento, renovação e dimensionamento, cuja correta configuração e parametrização exige conhecimento especializado do produto, razão pela qual se mostra adequado contratar, no mesmo lote, tanto as licenças quanto os serviços necessários para assegurar a plena utilização da solução já adotada pela Companhia e a continuidade do histórico de backup existente. A separação em lote próprio também simplifica a gestão contratual, permitindo lidar de maneira mais adequada com renovações periódicas e com ajustes de capacidade ao longo do contrato.

8.1.5 Dessa forma, o parcelamento em dois lotes equilibra a necessidade de fomentar a ampla participação de fornecedores, evitar a concentração indevida, explorar ganhos de escala em cada grupo de itens e, ao mesmo tempo, manter coerência técnica e administrativa na gestão da infraestrutura de TI e dos serviços de proteção de dados da PortosRio.

8.2 Regime de Execução:

8.2.1 Considerando a natureza do objeto, que envolve o fornecimento de licenças e prestação de serviços com quantitativos estimados e pagamento condicionado aos itens efetivamente fornecidos e utilizados, considera-se que o regime de execução mais indicado é a empreitada por preço unitário.

8.3 Vigência:

8.3.1 Para o o lote de produtos do fabricante Microsoft, as licenças de software serão contratadas em caráter perpétuo, assegurando o direito de uso por prazo indeterminado. Contudo, considerando o exposto neste estudo quanto à recomendação de contratação do Software Assurance (SA), e em conformidade com o ciclo contratual do Microsoft Enterprise Agreement (EA) e com as condições previstas no Acordo Corporativo da Secretaria de Governo Digital, o contrato deverá prever a vigência do SA por prazo de até 36 meses. Esse período assegura o acesso a atualizações, suporte e correções durante a fase de implantação e estabilização da infraestrutura, preservando, ao mesmo tempo, flexibilidade para futuras revisões da estratégia de licenciamento.

8.3.2 Para o lote da solução Veeam, embora a Veeam Data Platform Premium seja contratada no modelo de licenciamento perpétuo, o contrato deverá prever a prestação de suporte e manutenção da solução, bem como a subscrição do componente Veeam Backup for Microsoft 365, ambos pelo prazo de 36 meses. A definição desse período considera a criticidade da plataforma de backup para a continuidade dos serviços de TIC, a necessidade de garantir atualizações, correções e suporte técnico durante o ciclo inicial de operação, bem como a racionalização da gestão contratual ao alinhar os prazos dos diferentes componentes que integram a solução.

8.3.3 A adoção do prazo de 36 meses para ambos os fabricantes representa uma solução equilibrada sob a ótica técnico-econômica, evitando a antecipação excessiva de desembolso

financeiro típica de prazos mais longos para o serviço de suporte. Adicionalmente, esse alinhamento temporal preserva a possibilidade de que, em eventual contratação de ambos os lotes por uma mesma licitante, seja formalizado contrato único, com ganhos de eficiência administrativa, economia processual e simplificação da gestão contratual.

8.4 Atividades de transição

8.4.1 Considerando as diferenças entre a versão da solução Veeam atualmente implantada na PortosRio e a edição a ser contratada, bem como a evolução do modelo de licenciamento e das funcionalidades disponibilizadas pelo fabricante, torna-se necessária a execução de atividades específicas de transição, restritas à plataforma de backup e recuperação de dados. Essas atividades visam assegurar a continuidade operacional da solução, a preservação do histórico de backups, a correta adequação do ambiente à nova edição licenciada e a mitigação de riscos relacionados a inconsistências de versão, falhas de configuração ou perda de dados.

8.4.2 O escopo deverá abranger a validação do ambiente atual, a atualização e/ou reconfiguração dos componentes da plataforma Veeam, a adequação das políticas de backup e retenção, a integração do Veeam Backup for Microsoft 365 e a realização de testes de backup e restauração. Deverá ser incluído, ainda, treinamento básico para a equipe técnica, voltado às funcionalidades introduzidas ou ampliadas, garantindo operação segura e alinhada às boas práticas do fabricante.

8.4.3 Ressalta-se que essas atividades se restringem exclusivamente à solução Veeam, não abrangendo ações relacionadas à implantação do licenciamento Microsoft, que será realizado pela equipe técnica da PortosRio em cronograma próprio.

9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

9.1 A estimativa de custos foi elaborada em conformidade com o Anexo IV-A da IN GECOMP nº 06.001 e com o Acordo Corporativo nº 08/2020, firmado no âmbito da Administração Pública Federal para o fornecimento de licenças de software Microsoft.

9.2 A Equipe de Planejamento recomenda que o orçamento para a presente contratação seja mantido em caráter **sigiloso**, visando garantir a integridade e a competitividade do processo.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 A presente demanda guarda relação direta com a contratação de infraestrutura de hiperconvergência da PortosRio, formalizada por meio do Contrato nº 38/2025, oriundo do Processo SEI nº 50905.002373/2025-66, cujo objeto é a *aquisição de solução de infraestrutura hiperconvergente, compreendendo o fornecimento de hardware, software e serviços complementares, incluindo os serviços de instalação, configuração, migração de dados e treinamento, visando garantir a alta disponibilidade, escalabilidade e resiliência operacional do ambiente computacional da PortosRio*. Essa infraestrutura proverá os recursos de processamento, memória e armazenamento que servirão de base para a execução das máquinas virtuais, serviços e bancos de dados a serem licenciados no âmbito deste estudo, bem como para o ambiente de backup e recuperação de dados protegido pela solução Veeam.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

11.1 Após análise técnica e econômica da demanda concluiu-se pela *contratação, sob demanda, de licenças de software dos fabricantes Microsoft e Veeam, incluindo serviços de instalação, configuração, transição de versão e treinamento básico da solução Veeam, para atendimento à infraestrutura de datacenter da PortosRio.*

12. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

12.1 A presente contratação não demanda adequações físicas na infraestrutura de TI da PortosRio, pois os requisitos de processamento, armazenamento e virtualização já foram atendidos pela plataforma de hiperconvergência implantada no Contrato nº 38/2025. As adaptações necessárias concentram-se na integração das novas licenças Microsoft ao ambiente existente (limitadas a parametrizações e ajustes lógicos) e na atualização da solução Veeam para sua versão atual, que envolve atividades específicas de instalação, configuração inicial e treinamento básico da equipe, previstas na contratação.

13. RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO

13.1 Os recursos orçamentários serão disponibilizados através das rubrica orçamentárias de nº 211103002 - Aquisição e/ou Desenvolvimento de Software de Proc. de Dados e nº 225101001 - Tecnologia da Informação.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida, que consiste na *contratação, sob demanda, de licenças de software dos fabricantes Microsoft e Veeam, incluindo serviços de instalação, configuração, transição de versão e treinamento básico da solução Veeam*, é a que melhor atende às necessidades da PortosRio.

14.2 Diante do exposto, a Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade da contratação proposta.

ANEXO I-C

MATRIZ DE RISCOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

ID	AMEAÇA	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL	POSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO	CONDICIONANTES DE ADITIVO CONTRATUAL
R1	Atraso na disponibilização das licenças (prazo 15 dias)	BAIXA	ALTO	Paralisação de projetos de infraestrutura e DR	Definir penalidades de multa em caso de atraso	Acionamento de fornecedor secundário via ARP ou replanejamento de cronograma	EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO	Não se aplica	Não se aplica
R2	Incompatibilidade de licenciamento com ambiente HCI/DR	BAIXA	ALTO	Ambiente inconsistente, risco de indisponibilidade	Validação prévia de arquitetura e licenciamento	Ajuste de licenças via SRP (flexibilidade prevista)	EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO	Não se aplica	Não se aplica
R3	Erro no dimensionamento de CALs ou cores	BAIXO	ALTO	Não conformidade legal e risco de auditoria	Revisão baseada em inventário atualizado e crescimento projetado	Aquisição complementar via SRP ou aditivo contratual	EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO	Não se aplica	Acréscimo quantitativo
R4	Falha na execução dos serviços Veeam (instalação/configuração)	MODERADA	ALTO	Backups inconsistentes / DR ineficaz	Exigir certificação VMCE/VMCA e validação técnica	Reexecução obrigatória + sanções	CONTRATADA	Não se aplica	Não se aplica
R5	Falha nos testes de backup/restore	MODERADA	CRÍTICO	Perda de dados em incidente real	Exigir evidência formal de testes (previsto no TR)	Execução emergencial de plano de recuperação	CONTRATADA	Não se aplica	Não se aplica
R6	Não conformidade no registro/licenciamento nos portais dos fabricantes	BAIXA	ALTO	Perda de direitos de uso / suporte	Conferência obrigatória no recebimento	Acionamento do fabricante diretamente	CONTRATADA	Não se aplica	Não se aplica
R7	Indisponibilidade de profissional certificado Veeam	MODERADA	MODERADO	Atraso na implantação	Validação prévia da equipe	Substituição imediata (prevista no TR)	CONTRATADA	Não se aplica	Não se aplica
R8	Vazamento de informação durante execução	BAIXA	CRÍTICO	Risco legal e reputacional	Definição de cláusula de sigilo e confidencialidade	Aplicação de sanções + medidas legais	CONTRATADA	Não se aplica	Não se aplica
R9	Subutilização do SRP (planejamento inadequado)	MODERADA	MODERADO	Ineficiência econômica	Planejamento de consumo por roadmap de projetos	Reprogramação de demandas	GERSOL	Não se aplica	Não se aplica
R10	Inexecução parcial/total da contratada	BAIXA	CRÍTICO	Interrupção de serviços críticos	Penalidades bem definidas	Rescisão + contratação emergencial OU Acionamento de fornecedor secundário via ARP	CONTRATADA	Avaliação contínua de performance	Substituição contratual

ANEXO II

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

A [nome da empresa], com sede em [endereço completo: CEP, cidade, estado], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], representada neste ato pelo seu (sua) [cargo] [nome do representante da empresa], em função do Contrato nº xxx/2026, firmado com a PortosRio, obriga-se a cumprir rigorosamente os seguintes compromissos de confidencialidade e proteção de informações:

I- Manter absoluto sigilo em relação a todas as informações confidenciais, dados sensíveis e qualquer outra informação restrita ou estratégica da PortosRio, obtidas no curso da execução dos serviços contratados.

II- Utilizar as informações exclusivamente para a realização das atividades previstas no contrato, sendo expressamente vedado qualquer uso fora do escopo definido, sem a devida autorização.

III- Garantir a proteção e confidencialidade das informações, impedindo sua divulgação, compartilhamento ou acesso por terceiros, salvo quando houver autorização formal e expressa da PortosRio ou se a informação já for de domínio público.

IV- Adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade e sigilo das informações tratadas, conforme as melhores práticas de segurança da informação e de acordo com a legislação vigente.

V- Assumir plena responsabilidade por quaisquer violações de confidencialidade, incluindo a divulgação não autorizada ou o uso indevido das informações, independentemente de serem cometidas por funcionários, colaboradores ou subcontratados.

VI- Reconhecer que a violação das obrigações de confidencialidade pode resultar em medidas disciplinares, ações legais e a obrigação de indenizar a empresa por quaisquer danos causados.

Para os fins deste termo, consideram-se **informações confidenciais** quaisquer dados, documentos, materiais, estratégias, planos, projetos, processos, tecnologias, know-how, contratos, acordos, informações financeiras, comerciais, operacionais e quaisquer outras informações que não sejam de domínio público e que sejam consideradas sigilosas pela empresa.

Ao assinar este Termo de Sigilo e Confidencialidade, a empresa [Nome da Empresa Contratada] declara estar plenamente ciente das implicações legais e sanções previstas, em especial as contidas no Código Penal Brasileiro, no caso de descumprimento das obrigações aqui assumidas.

NOME DO REPRESENTANTE

[Nome da empresa]

[Cargo]

ANEXO III

PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

LOTE 1	ITEM	PRODUTO	PART NUMBER	UNID	QUANT TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	1	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 36 meses	9EA-00039	Licença por pacote de 2 cores	112		
	2	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 24 meses	9EA-00039	Licença por pacote de 2 cores	24		
	3	Licença perpétua Windows Server Datacenter 2025 (Pack de 02 Cores) com Software Assurance por 12 meses	9EA-00039	Licença por pacote de 2 cores	24		
	4	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 36 meses	7NQ-00302	Licença por pacote de 2 cores	8		
	5	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 24 meses	7NQ-00302	Licença por pacote de 2 cores	2		
	6	Licença perpétua SQL Server 2022 Standard (Pack de 2 Cores) com Software Assurance por 12 meses	7NQ-00302	Licença por pacote de 2 cores	2		
	7	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 36 meses	R18-00130	Licença por usuário	1000		
	8	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 24 meses	R18-00130	Licença por usuário	150		
	9	Licença perpétua User CAL Windows Server 2025 com Software Assurance por 12 meses	R18-00130	Licença por usuário	100		
VALOR TOTAL PARA O LOTE 1							
LOTE 2	ITEM	PRODUTO	PART NUMBER	UNID	QUANT TOTAL	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	10	Licença perpétua Veeam Data Platform Premium, com suporte por 36 meses (Pack com 10 instâncias)	P-DPPVUL-0I-PP000-000 V-DPPVUL-0I-P02PP-00	Licença	15		
	11	Subscrição do Veeam Backup for Microsoft 365, por 36 meses	PVBO365-0USU3YP00	Licença	940		
	12	Serviço de instalação e configuração	**	Serviço	1		
	13	Treinamento básico	**	Serviço	1		
VALOR TOTAL PARA O LOTE 2							

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

Prezados Senhores,

Em atenção ao instrumento convocatório sob referência, declaramos que:

1. Concordamos com as disposições do instrumento convocatório sob referência e seus Anexos, principalmente com as especificações dos itens e demais condições constantes no Termo de Referência (Anexo I-A), não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato;
2. Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições da presente proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da proposta;
3. Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta, bem como das condições gerais estabelecidas no Edital, sobretudo quanto aos documentos de habilitação, estando em conformidade com estes;
4. Recebemos toda a documentação pertinente e tivemos conhecimento de todas as informações e das condições da prestação de serviços, necessárias à formulação das propostas;
5. A empresa não se enquadra em qualquer das situações previstas no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018;
6. Na hipótese de nossa empresa vir a ser julgada vencedora da presente licitação o(s) representantes(s) legal(is) para a assinatura do Contrato será(ão):

NOME:

CARGO:

NOME:

CARGO:

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____(nº CNPJ), sediada à _____(endereço completo), por seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo ou função),
DECLARA, sob as penas da lei, que os sócios ou acionistas da empresa são:

Nome:

Nome:

Nome:

Nome:

A empresa possui sócio(s), acionistas(s) ou representante(s) legal(ais):

com **grau de parentesco** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de relacionamento** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de parentesco** com pessoa ocupante de função pública? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de parentesco** com qualquer integrante ou ex-integrante da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de relacionamento pessoal** com qualquer integrante ou ex- integrante da PortosRio?
()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que são ou foram empregados **integrante(s) ou ex integrante(s) do quadro de pessoal** da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que **ocupam ou ocuparam** cargos públicos? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que possui(em) **relação de sociedade** com outra(s) empresa(s) que já prestou(aram) serviço(s) para PortoRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que **presta ou prestou serviços** à outra(s) empresa(s) que presta ou já prestou serviço para PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

Diante das possíveis penalidades previstas em lei (cíveis, administrativas e penais), declaro que as informações acima prestadas **são verdadeiras e exatas**.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

Nome

Cargo ou Função

REPRESENTANTE

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DE DADOS - LGPD**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº
_____(nº CNPJ), sediada à
_____(endereço completo), por seu representante legal, o(a)
Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo ou
função), **DECLARA** para os devidos fins, para cumprimento do Contrato a ser celebrado
com a PortosRio, que:

Encontra-se em conformidade com a legislação vigente e se compromete com a garantia
de conformidade com o teor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

Realizará o objeto contratado dentro do estabelecido pela legislação, mantendo a
PortosRio informada e atualizada sobre as medidas a serem adotadas para fins de
cumprimento da legislação supracitada no que diz respeito a execução do Contrato.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

**Nome
Cargo ou Função
REPRESENTANTE**

ANEXO VII

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com sede na Rua Dom Gerardo, nº. 35, 10º andar, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.090-905, inscrita no CNPJ sob o nº 42.266.890/0001-28, por diante denominada **PORTOSRIO**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **FLAVIO VIEIRA DA SILVA**, nos termos da Lei nº 13.303/2016, dos Decretos nºs 3.555/00, 11.462/2023, da Instrução Normativa nº 6/2014, da SLTI/MPOG, e demais normas correlatas, **RESOLVE**, em face do resultado do Pregão Eletrônico nº 02/2026, **REGISTRAR OS PREÇOS** para eventuais aquisições na forma abaixo:

FORNECEDOR REGISTRADO

Razão Social:

CNPJ:

Endereço completo:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Representante Legal:

ITENS REGISTRADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE.	UNID.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
VALOR TOTAL						

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto desta Ata de Registro de Preços é a eventual ***“aquisição de licenças de software dos fabricantes Microsoft e Veeam, incluindo serviços de instalação, configuração, transição de versão e treinamento básico da solução Veeam, destinados ao atendimento das necessidades da infraestrutura de datacenter da PortosRio”***, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2026.

PARÁGRAFO ÚNICO

O licitante registrado será convocado para assinar o instrumento contratual, na forma do item 14 do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2026, quando houver demanda para o objeto desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

Esta Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado por uma única vez por igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços são irrevogáveis.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES

As obrigações da **PORTOSRIO** e da licitante são aquelas elencadas no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2026.

CLÁUSULA QUINTA – CASOS OMISSOS

Para os casos omissos serão aplicadas, no que couberem, as disposições da Lei nº 13.303/16, e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do direito privado, estando esta Ata de Registro de Preços vinculada ao Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2026 e à Proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO

Esta Ata de Registro de Preços está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 02/2026 e seus Anexos, à proposta da **CONTRATADA**, aos termos da Lei nº 13.303/16 e do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Esta Ata de Registro de Preços será publicada pela **PORTOSRIO** na imprensa oficial, consoante o disposto no subitem 5.17.8 do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

O Foro competente para dirimir quaisquer questões suscitadas na aplicação da presente Ata de Registro de Preços é o da Sede da **PORTOSRIO**, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem as partes justas e acordadas, assinam eletronicamente a presente Ata de Registro de Preços para que produza os devidos efeitos de Direito.

(assinado eletronicamente)
**DIRETOR-PRESIDENTE
PORTOSRIO**

(assinado eletronicamente)
LICITANTE

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

Contrato Nº /2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA
DOCAS DO RIO DE JANEIRO E A
_____, NA FORMA
ABAIXO.

A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com sede na Rua Dom Gerardo, nº 35, 10º andar, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.090-905, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.266.890/0001-28, por diante denominada **PORTOSRIO**, representada conjuntamente neste ato pelo seu Diretor-Presidente, **FLAVIO VIEIRA DA SILVA**, portador da matrícula funcional nº 9926, e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, **FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA DIOGO**, portador da matrícula funcional nº 9927, e a _____, com sede na _____, na cidade de _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu(sua) _____, segundo a documentação constante do Processo Administrativo nº. 50905.007065/2025-27 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2026, que, independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e complementar deste instrumento, e de acordo com a autorização da Diretoria-Executiva da **PORTOSRIO** – DIREXE em sua _____ª Reunião, realizada em ____/____/2026, têm entre si justo e avençado, celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 13.303/2016, nos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018, na Lei Complementar nº 123/2006, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, no Instrumento Normativo de Padronização de Contratações de TIC (IN.GERCOS.10.003), no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, no Instrumento Normativo de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e nas demais disposições legais pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento a ***“aquisição de licenças de software dos fabricantes Microsoft e Veeam, incluindo serviços de instalação, configuração, transição de versão e treinamento básico da solução Veeam, destinados ao atendimento das necessidades da infraestrutura de datacenter da PortosRio”***, conforme as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência constante do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2026 e da proposta da **CONTRATADA**, anexa ao Processo nº 50905.007065/2025-27, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO

A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que a **PORTOSRIO** realizar, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, bem como o Anexo X da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que não conflitar com o regime das estatais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor global estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme consta na Proposta da **CONTRATADA** anexa ao Processo nº 50905.007065/2025-27.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária “211103002 – 4103 – Aquisição e/ou Desenvolvimento de Software de Processamento de Dados”.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos exercícios orçamentários subsequentes ao da assinatura deste Contrato será editado apostilamento sobre a reserva orçamentária necessária para fazer frente às parcelas que serão adimplidas naqueles exercícios.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Diante da eventual inexistência ou insuficiência de recursos financeiros para fazer frente às despesas pertinentes aos exercícios subsequentes ao da assinatura deste Contrato, a **CONTRATADA** renuncia a eventuais direitos financeiros/indenizatórios decorrentes da rescisão antecipada do ajuste ou da supressão quantitativa.

PARÁGRAFO QUARTO

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de vigência do Contrato é de ____ (____) meses (a depender do Lote vencedor – ver item 15 do Anexo I – Termo de Referência), contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da PortosRio, observada a limitação de duração prevista no art. 71 da Lei nº 13.303/16 e o disposto no Anexo IX da IN SEGES nº 5/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a **PORTOSRIO** mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a **PORTOSRIO**;
- e) Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;

PARÁGRAFO ÚNICO

Em caso de prorrogação da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá se manifestar, por solicitação da **PORTOSRIO**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes da data do término do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O detalhamento da execução do objeto consta no item “3” do Anexo I – Termo de Referência do Processo Administrativo nº. 50905.007065/2025-27 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 02/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços pela **PORTOSRIO** será efetuado conforme o disposto nesta Cláusula, observando ainda o que dispõe o item “14” do Anexo I - Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº 50905.007065/2025-27 do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2026 e, no que couber, o Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela **PORTOSRIO** no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** pela **FISCALIZAÇÃO** e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal. Também poderá ser motivo de devolução de nota fiscal/fatura, se esta for entregue após o 5º (quinto) dia útil do mês.

PARÁGRAFO QUARTO

Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao Contrato, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

PARÁGRAFO QUINTO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverão ser entregues ao respectivo Gestor ou Fiscal do Contrato, especificando o tipo de serviço com as respectivas quantidades.

PARÁGRAFO SEXTO

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **PORTOSRIO**, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, se extinto, por qualquer outro índice a ser acordado entre as partes, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Junto à nota fiscal, a **CONTRATADA** apresentará a cópia das certidões negativas de débitos com a Receita Federal/INSS e FGTS ou apresentação do Registro Cadastral no SICAF, atualizado, contendo as informações sobre validade das citadas certidões.

PARÁGRAFO OITAVO

Eventual situação de irregularidade fiscal da **CONTRATADA** não impede o pagamento, se o objeto tiver sido entregue/prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e eventual rescisão contratual.

PARÁGRAFO NONO

O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da **CONTRATADA** e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento junto à **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Havendo previsão na legislação vigente, a **PORTOSRIO** reterá do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços o valor correspondente à 'RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL'. Esses valores deverão ser recolhidos à rede bancária em nome da **CONTRATADA** até o dia 20 (vinte) do mês seguinte à emissão do respectivo documento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A **PORTOSRIO**, quando do pagamento da(s) nota(s) fiscal(is), procederá conforme previsão na legislação tributária à retenção dos tributos e contribuições devidos pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, apresentar à **FISCALIZAÇÃO** a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A garantia somente será devolvida à **CONTRATADA** quando terminada a execução do Contrato e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a **PORTOSRIO**, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de aditamento ao presente Contrato, importando tal fato na elevação de seu valor total, a **CONTRATADA** se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

PARÁGRAFO QUARTO

A garantia será considerada extinta em até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO

O valor será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite da apresentação da proposta, pela variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, conforme previsão expressa contida no art. 24 da IN nº 94, de 23 de dezembro de 2022, ou outro que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R: valor do reajustamento;

V: valor do serviço a ser reajustado;

I₀: índice específico, referente ao mês do recebimento das propostas;

I: índice específico, referente ao mês da execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **PORTOSRIO** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO

Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO QUINTO

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES

Este Contrato será executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), do Instrumento Normativo (IN.GERCOS.10.003) e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** assume a total responsabilidade pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo perante a **PORTOSRIO** e terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados, além das perdas e danos porventura resultantes da ação dos mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

- a) A contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da **PORTOSRIO** durante a vigência deste Contrato;
- b) A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da **PORTOSRIO**;
- c) A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** assumirá total responsabilidade sobre os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência e/ou emprego de equipamentos ou procedimentos inadequados para a execução dos mesmos.

PARÁGRAFO QUARTO

À **CONTRATADA** cabe assumir a responsabilidade por:

- a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **PORTOSRIO**;
- b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência da **PORTOSRIO**;
- c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Encargos fiscais e comerciais que lhe caibam, resultantes desta contratação.

PARÁGRAFO QUINTO

A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no Parágrafo anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **PORTOSRIO**, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, observando o que dispõe o item “22” do Anexo I-A – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.007065/2025-27 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 02/2026.

PARÁGRAFO ÚNICO

O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** dos itens constantes nesta Cláusula implicará nas sanções previstas neste Contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA PORTOSRIO

Constituem obrigações da **PORTOSRIO** aquelas previstas no item “23” do Anexo I-A – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.007065/2025-27 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 02/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR

Fica designado(a) como Gestor(a) deste Contrato pela **PORTOSRIO**, o(a) Gerente de Operação de Soluções – GERSOL, cuja substituição somente ocorrerá por ato formal de competência do Diretor-Presidente da **PORTOSRIO** ou a quem ele delegar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Sob supervisão do(a) respectivo(a) Gestor(a) constante da Cláusula anterior, os serviços serão fiscalizados por empregado ou Comissão de empregados designado(s) pela **PORTOSRIO**, denominado simplesmente **FISCALIZAÇÃO**, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **PORTOSRIO**, a seu exclusivo juízo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA**, serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio, onde deverá constar o ciente das partes, nas ocasiões devidas, assim como as providências tomadas e seus efeitos, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **FISCALIZAÇÃO** não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução dos serviços, por seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade da **PORTOSRIO** ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso haja registro de ocorrência(s) relacionada(s) com a execução deste instrumento contratual que possa(m) ensejar a aplicação de penalidade, o Gestor ou a **FISCALIZAÇÃO** deste Contrato dará ciência do ocorrido à Corregedoria da PortosRio, através da OUVGER, para fins de apuração e, se for o caso, aplicação de sanção na forma do IN.GECOMP 06.002 – Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas).

PARÁGRAFO QUARTO

A tolerância ou o não exercício pela **PORTOSRIO** de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na legislação não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos.

PARÁGRAFO QUINTO

A **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO** reservar-se-á o direito de impugnar os serviços que não forem realizados a contento, ficando a **CONTRATADA** na obrigação de refazê-los sem qualquer ônus para a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** não poderá ceder, sub-rogar, negociar, ou, por qualquer forma ou modo, transferir o presente Contrato ou quaisquer direitos ou obrigações dele oriundos, sem prévia autorização da **PORTOSRIO**, sob as penas estabelecidas nas Cláusulas Décima Quarta e Décima Quinta.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as constantes do subitem 16.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 02/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos casos discriminados no subitem 16.5.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 02/2026.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A sanção de multa pode ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com as dos incisos I e III do *caput* desta Cláusula, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO QUARTO

Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no *caput* desta Cláusula, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- Notificação formal à **CONTRATADA**;
- Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

PARÁGRAFO QUINTO

No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.

PARÁGRAFO SEXTO

Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO

Caso não haja o recolhimento da multa no prazo previsto no Parágrafo anterior, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO NONO

Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O pagamento das penalidades não é compensatório, admitindo, por conseguinte, o ressarcimento por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

Observando o que dispõe a Lei nº 13.303/2016 e o Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), o presente Contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

I – Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, quando da ocorrência dos seguintes casos:

-
- a) O descumprimento de obrigações contratuais;
- b) A alteração da pessoa do contratado, mediante:
- A subcontratação do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, observado o IN.GECOMP.06.001;
 - A fusão, cisão, incorporação, ou associação da contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no instrumento contratual e sem prévia autorização da **PORTOSRIO**.
- c) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou do Fiscal;
- d) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- e) A dissolução da sociedade ou o falecimento da pessoa do contratado;
- f) A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução deste Contrato;
- h) Razões de interesse da **PORTOSRIO**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no Processo;
- i) O atraso nos pagamentos devidos pela **PORTOSRIO** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- j) A não liberação, quando for o caso, por parte da **PORTOSRIO**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- k) A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução contratual;
- l) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou

irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;

o) No caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018;

p) O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão deste Contrato por ato unilateral e escrito da **PORTOSRIO** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018);

q) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo e desde que haja conveniência para a **PORTOSRIO**; e

III – Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Salvo nos casos de iminente prejuízo às atividades da **PORTOSRIO**, a rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I desta Cláusula, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução contratual até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO QUARTO

A rescisão por ato unilateral da **PORTOSRIO** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na legislação:

- a) Assunção imediata do objeto contratado, pela **PORTOSRIO**, no estado e local em que se encontrar;
- b) Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **PORTOSRIO**;
- c) Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual até o limite dos prejuízos causados à **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO QUINTO

O instrumento contratual poderá ser rescindido pela **PORTOSRIO** nos casos em que a **CONTRATADA** estiver envolvida em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria da área requisitante da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto deste Contrato poderá ser:

- a) Provisório: no caso de aquisição de equipamentos e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à PortosRio, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela contratada;
- b) Parcial: relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no instrumento contratual, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;
- c) Definitivo: relativo à aceitação da integralidade do instrumento contratual e liberação da contratada tocante a vícios aparentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recebimentos devem ocorrer, a contar da comunicação por parte da **CONTRATADA** direcionada ao Fiscal, nos seguintes prazos:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento provisório;
- b) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial;
- c) Até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Deverão ser observados ainda pelas partes as demais disposições constantes sobre o tema no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

Todos os tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais ou parafiscais e quaisquer emolumentos) decorrentes direta ou indiretamente do presente Contrato ou de sua execução

serão de exclusiva responsabilidade da parte obrigada ao pagamento dos mesmos, na forma definida pela legislação tributária, sem que lhe assista o direito a qualquer reembolso pela outra parte, seja a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato deverá ser publicado pela **PORTOSRIO** na imprensa oficial, consoante o disposto no subitem 5.17.8. do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SIGILO

À **CONTRATADA** é vedado, sob as penas da lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento dos trabalhos objeto deste Contrato, bem como divulgar através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos à execução dos mesmos, à tecnologia adotada e à documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização escrita da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2026 e seus Anexos, à proposta da **CONTRATADA**, ao Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), ao Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.002) e aos termos da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos reger-se-ão pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001), pelo Instrumento Normativo (IN.GERCOS.10.003), bem como pelas regras e pelos princípios de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

Na execução do presente Contrato, é vedado à **PORTOSRIO** e à **CONTRATADA**, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a Gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou não financeiras, e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou, ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO ACESSO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I. eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. o tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da **PORTOSRIO**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. a **CONTRATADA** deverá seguir as instruções recebidas da **PORTOSRIO** em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. a **CONTRATADA** se responsabilizará como “Controlador de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. a **CONTRATADA** deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do art. 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela **CONTRATADA**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII. a **CONTRATADA** dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX. a **PORTOSRIO** possui direito de regresso em face da **CONTRATADA** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. a **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI. a **CONTRATADA** deverá informar imediatamente à **PORTOSRIO** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela **PORTOSRIO** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. a **CONTRATADA** deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela **PORTOSRIO**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no art. 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à **PORTOSRIO**, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à

CONTRATADA disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. ao final da vigência do Contrato, a **CONTRATADA** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal, caso em que o prazo de retenção de dados pessoais objeto deste Termo poderá se estender pelo prazo de prescrição legal afeto às atividades do Contrato.

XV. A **CONTRATADA** deverá designar Encarregado para interlocução com o Encarregado da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a **PORTOSRIO** será considerada “Controlador de Dados”, e a **CONTRATADA** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso a **CONTRATADA** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da **PORTOSRIO**, será equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a **CONTRATADA** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a **PORTOSRIO** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da **CONTRATADA**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da **PORTOSRIO**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A transferência internacional de dados deve se dar em caráter excepcional e na estrita observância da legislação, especialmente, dos art. 33 a 36 da Lei nº 13.709/2018 e nos normativos do Banco Central do Brasil relativos ao processamento e armazenamento de dados das instituições financeiras, e dependerá de autorização prévia da **PORTOSRIO** à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

Cada Parte arcará com suas próprias despesas e investimentos para fins de cumprir as disposições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime de contratação de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCO

A **CONTRATADA** é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos colocados como de sua competência, relacionados ao objeto do contrato, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido no Anexo I-C Matriz de Risco.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

O foro competente para ajuizar quaisquer questões suscitadas na execução deste Contrato será o da sede da **PORTOSRIO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes assinam eletronicamente o presente instrumento juntamente com as testemunhas.

(assinado eletronicamente)

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente
PORTOSRIO

(assinado eletronicamente)

FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA DIOGO
Diretor Administrativo-Financeiro
PORTOSRIO

(assinado eletronicamente)

REPRESENTANTE
Cargo ou Função
CONTRATADA

Testemunhas:

1) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional:

2) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional: